



município de **Olhão**

mais para ir



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO 2013





MUNICÍPIO DE Olhão

2022-2023



RELATÓRIO DE ATIVIDADES



I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1.1 Acolhimento ao Munícipe (Balcão Único)

Este é, por excelência, um serviço direcionado para o cidadão, para o atendimento, para as relações e comunicação com o munícipe. Por isso, na atividade diária, assumimos uma forte aposta na proximidade, na qualidade do atendimento, na celeridade das respostas a cada solicitação.

Com o intuito de simplificar a vida às pessoas este balcão permite aos cidadãos e empreendedores, que todos os dias se têm de relacionar com a autarquia pelas mais variadas razões, tratarem de todos os seus assuntos num único local e de uma forma personalizada.

Durante o ano 2013 o balcão único efetuou 28.621 atendimentos nas diversas áreas (Obras Particulares, Educação e Desporto, Expediente e Ação Social, Taxas e Licenças, Execuções Fiscais e Tesouraria) com uma média de espera de 0:06:36 minutos.



1.2 Site do Município de Olhão



Com um design muito mais apelativo e agradável, agora é mais fácil aos utilizadores da internet – quase toda a população, atualmente – conhecer a composição da Autarquia, as áreas de atuação do Município e, para além dos serviços online que continuam a crescer e a oferecer cada vez mais respostas, também é possível conhecer o concelho nas suas diversas vertentes.

Este novo espaço na internet foi concebido internamente, quer no “design” quer na conceção técnica. No que respeita aos conteúdos, todos os responsáveis pelos departamentos participaram direta ou indiretamente, incluindo, na introdução dos elementos no “backoffice” correspondentes às suas áreas. A coordenação dos textos esteve a cargo do gabinete de relações públicas e da área técnica da divisão de informática.

1.3 Serviços Online

Existiam inúmeros formulários com diferentes aspetos e era necessária deslocação à sede do Município para os obter.

Atualmente, no site do Município estão disponíveis cerca de 100 formulários, das diferentes áreas de atuação (ação social, urbanismo, taxas e licenças, desporto, entre outros), para preenchimento em formato eletrónico e posterior entrega no Balcão Único. Estes formulários foram uniformizados, entre os 6 municípios que compõem o Algarve central, ao nível do aspeto e dos conteúdos, e já permitem que os munícipes/utentes os obtenham sem se deslocarem ao município.

No âmbito do Balcão do Empreendedor já é possível consultar toda a informação relacionada com os serviços no âmbito do Licenciamento Zero.

1.4 Arquivo Municipal

No decorrer do ano de 2013, o Arquivo Municipal deu continuidade a tarefas inerentes à sua função, como o apoio aos serviços na gestão da documentação/informação, no âmbito da classificação e organização documental, bem como na adopção de boas práticas tendentes à agilização de procedimentos. Foi igualmente posto em prática um conjunto de tarefas como a digitalização de documentos originais e fotografias; a continuação e manutenção da base de dados com informação de velocípedes, motociclos e ciclomotores, compreendendo registos maioritariamente da segunda metade do século XX. Levámos a cabo a mudança de todo o arquivo intermédio para o actual depósito, implicando todo este processo, a verificação e arrumação de todas as unidades de instalação e reacondicionamento de algumas espécies documentais.

No âmbito da difusão cultural incidiu este serviço num conjunto de actividades divulgando e dando a conhecer o seu espólio documental, marcando datas importantes no seio da arquivística. Desde logo, assinalando o Dia Internacional dos Arquivos, comemorado a 9 de Junho, com um apontamento expositivo intitulado O Arquivo Municipal de Olhão: 3 fundos, 3 documentos, patente no hall de entrada do edifício dos Paços do Concelho, durante o mês de Junho.



Deu continuidade à rubrica Arquivo Vivo divulgando, todos os meses, um documento do seu acervo, na Agenda Municipal e expondo o original no edifício do Arquivo Municipal.

De forma a marcar o centenário da publicação da obra de João Lúcio, Na Aza do Sonho, foi pensada e desenhada a exposição João Lúcio: o homem por detrás do poeta, inaugurada em Novembro e patente na Casa João Lúcio até hoje. Com documentos que integram os diferentes fundos documentais à guarda do Arquivo Municipal, dos arquivos distritais de Faro e Lisboa e ainda do Arquivo Nacional Torre do Tombo, a mostra documental deu a conhecer um conjunto de informações acerca do poeta, e da sua família, até à data pouco estudados e desconhecidos de grande parte da população olhanense.



No fim de Maio e início de Junho, juntamente com a Rede de Arquivos do Algarve e com o Arquivo Distrital de Faro, organizou o III Encontro de Arquivos do Algarve, reunindo, no Auditório Municipal, profissionais da informação de todo o Sul do país. Nos dias 31 de Maio e 1 de Junho a cidade de Olhão foi palco de debate, reflexão e partilha de experiências entre profissionais da área. Subordinado ao tema Gestão documental: classificação, o Encontro foi organizada com painéis de

comunicações, dando lugar na manhã de Sábado a um workshop sobre a MEF (Macroestrutura funcional como base para a classificação da informação da Administração Pública). A tarde de Sábado decorreu a bordo do Caíque Bom Sucesso que levou o grupo a conhecer um pouco mais da Ria Formosa.



1.5 Investimento em Obras Municipais

Durante o ano de 2013 o investimento em obras foi condicionado pela atual conjuntura económica e financeira do país que afeta todos os setores da nossa sociedade.



Foram concluídas as empreitadas de Reparações no Auditório na Praça de Agadir, Repavimentação do Caminho da Vala e Rua da Conserveira e Construção de 256 Catacumbas no Cemitério 16 de Junho, Implantação de Escultura ao Bacalhoeiro na Fuseta, Reparações nos telhados da Biblioteca e Edifício Norte da EB1 de Moncarapacho, Conclusão das Infraestruturas da Urbanização Edigold - Substituição de tubos de queda no Bairro Fundo Fomento de Habitação.



Foram ainda reiniciadas e iniciadas as seguintes empreitadas:

- Construção do EcoCentro Requalificação de Largos na Zona Histórica



- Requalificação de Largos na Zona Histórica



Largo do Carolas



Gaibéu



Largo João da Carma



Praça Patrão Joaquim Lopes



Largo da Fábrica Velha



Largo João da Carma

1.6 Planeamento Urbanístico

No âmbito do planeamento urbanístico, durante o ano de 2013, e na continuidade dos anos anteriores, foi dada ênfase ao acompanhamento de Planos de Pormenor e Estudos, nomeadamente o Plano de Pormenor da Zona Histórica da Cidade de Olhão, o Plano de Pormenor do Parque Urbano – UOP8 de Olhão, o Plano de Mobilidade e de Transportes de Olhão – PMTO e Estudo de Mobilidade Intermunicipal – EMI.

A área do Plano de Pormenor da Zona Histórica da Cidade de Olhão compreende a área designada na Planta de Ordenamento Síntese do PDM de Olhão como Espaço Urbano Histórico de Olhão. Pretende-se com o plano promover a reorganização e requalificação o núcleo antigo como um dos motores de desenvolvimento económico, com funções de “ancoragem” funcional.

O Plano de Pormenor do Parque Urbano de Olhão – UOP8 localiza-se no perímetro urbano da Cidade de Olhão, a norte da EN 125 e engloba a Ribeira do Brejo e áreas urbanas confinantes. Pretende-se com o plano requalificar esta zona degradada da cidade, com a criação de áreas de recreio e lazer, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população residente e dos visitantes.

Foi concluído durante o ano de 2013 o Plano de Mobilidade e Transportes de Olhão (PMTO), instrumento estratégico e operacional que estabelece a estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade para o concelho, definindo um conjunto de ações e medidas que contribuem para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável, compatível com o desenvolvimento económico e indutor de uma maior coesão social.

No que se refere ao Estudo da Mobilidade Interurbana durante o ano de 2013 foi iniciada a última fase que corresponde à Proposta, Plano de Ação e Investimento. Este plano tem como principal objetivo analisar as necessidades atuais e futuras de mobilidade da população e propor medidas que visem melhorar o sistema de mobilidade e transportes dos seis municípios do Algarve Central - Albufeira, Faro, Loulé, Olhão, S. Brás de Alportel e Tavira.

1.7 Educação

Manutenção, apetrechamento e melhoramento do Parque escolar

Considerando a importância de operacionalizar uma estratégia integrada de gestão local do parque escolar, para responder às necessidades dos estabelecimentos de ensino, bem como da necessidade de privilegiar o papel dos Agrupamentos de Escolas no diagnóstico das necessidades e na definição de medidas de planeamento educativo, promotoras da agilidade e eficiência e zeladoras de um parque escolar favorável à prática educativa, o Município continuou a investir no contínuo melhoramento do Parque existente.

Para além das pequenas melhorias efectuadas em vários espaços, evidencia-se em 2013 a inauguração das novas infra-estruturas da Escola EB1 com Jardim-de-infância de Moncarapacho. Com a intervenção efectuada este equipamento está, desde o início do ano lectivo 2013/2014 habilitado para receber 10 turmas do 1º ciclo e 4 grupos / turma do pré-escolar. Para além das 14 salas de aulas, completamente, renovadas e adaptadas às actuais necessidades do ensino, a infra-estrutura, conta ainda, com cozinha, refeitório, sala multivalente, biblioteca, campo de jogos, sala de professores, etc.



Auxílios Económicos

O Município de Olhão considera que os auxílios económicos, aos alunos inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações, para fazer face aos vários encargos com a educação, são fundamentais para garantir que as condições sociais e económicas de cada um, não venham a condicionar, irremediavelmente, o seu percurso escolar.

Nesse âmbito, em 2013, continuou a desenvolver uma política de acção social escolar, traduzida na atribuição de auxílios económicos, aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e às crianças que frequentam a rede pública de Educação Pré-Escolar.

Durante o ano de 2013, foram atribuídos 87.167,50€ aos 4 agrupamentos de escolas, Prof. Paula Nogueira, João da Rosa, Dr. Francisco Fernandes Lopes e Alberto Iria, num total de 1111 alunos e 25 salas.

Actividades Promovidas com as Escolas

À escola foi cometida a função de complementar de socialização primária da criança, iniciada, principalmente, na família, procedendo de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo, e ao mesmo tempo procurando que o aluno adquira uma "identidade cultural específica.". Nesse sentido, o Município promoveu, conjuntamente, com as escolas, actividades que funcionassem como catalizador para a integração e a aprendizagem das crianças. Neste âmbito realizámos:

- Desfile de Carnaval Infantil - O desfile de Carnaval Infantil é, sem dúvida, uma oportunidade para trabalhar aspectos fundamentais do desenvolvimento da criança, como a criatividade, a coordenação motora, a cognição e também a socialização. Percebendo a importância do referido, o Município organizou no dia 08 de Fevereiro de 2013, um desfile de carnaval infantil, que contou com a participação de mais de 1000 crianças das várias Escolas do 1º ciclo e dos Jardins-de-infância da rede pública e do sector privado.



- Semana da criança e do Ambiente - O Município de Olhão associa-se à ideia de que “o meio ambiente é a origem da vida e, a sua preservação é a certeza de um futuro risonho!” e promoveu durante a semana de 27 a 31 de Maio de 2013 a Semana da Criança e do Ambiente.

Durante esse período, o Jardim Pescador Olhanense foi palco para ateliês, palestras, exposições, insufláveis e jogos em que mais de 3000 crianças da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, público e privado do concelho de Olhão foram os convidados de honra.

Na edição de 2013, este evento teve como tema aglutinador a “Água”, sempre com o objectivo de conseguir através de uma formação cívica dirigida, que os homens e mulheres do futuro sejam a garantia de um mundo melhor!



No âmbito da ação social foram desenvolvidas durante o ano de 2013 várias atividades inseridas na ação comunitária, habitação e requalificação municipal e desenvolvimento institucional.



O Município tem promovido várias iniciativas de apoio à comunidade e à família onde se destacam várias medidas de apoio a famílias carenciadas do concelho de Olhão, sob a forma de apoios financeiros, alimentares, acompanhamento de munícipes/famílias, celebração de protocolos, entre outros.

1.8 Ação Social

Durante o ano de 2013 foram apoiados financeiramente 49 beneficiários com a atribuição do subsídio de renda para habitação, tendo o município suportado um custo de € 89.284,60.

No que se refere à ajuda alimentar e com o objetivo de apoiar as famílias em situação de maior vulnerabilidade foram distribuídos 4.500 cabazes, com a colaboração das instituições de solidariedade social do concelho.

O acompanhamento de munícipes/famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolveu-se em parceria com o Centro de Saúde de Olhão, o Instituto de Segurança Social, as Forças de Segurança e o Ministério Público, entre outras, abrangendo cerca de 35 agregados familiares. No âmbito desta medida de apoio são elaborados pareceres técnicos com vista à promoção da qualidade de vida dos grupos específicos, nomeadamente crianças e idosos, bem como analisados cerca de 50 pedidos de atribuição de tarifário social dos serviços da Empresa Municipal Ambiolhão.

No que se refere ao Rendimento Social de Inserção, o Município participa nas reuniões do núcleo local de inserção do rendimento social de inserção, disponibilizando uma técnica, que participou na formalização de 437 acordos de inserção negociados com os beneficiários e respetivos agregados familiares.

No apoio ao ensino superior, foram atribuídas 27 bolsas de estudo a estudantes carenciados do concelho de Olhão, perfazendo um total de €30.600,00.

Também consciente da dificuldade que muitas famílias estão a passar devido à atual conjuntura económica, o município continuou a desenvolver a parceira com a DECO – Delegação do Algarve, promovendo o apoio jurídico ao sobreendividamento e ao consumo, continuando a disponibilizar aos munícipes assistência e apoio jurídico gratuito nos processos de sobreendividamento e no *direito do consumo em geral*. *É disponibilizado um espaço onde, 2 dias por mês a partir das 9h30, todos os munícipes podem gratuitamente:*

- a. Dispor de assistência necessária aos processos e temáticas do sobreendividamento;
- b. Ter o apoio necessário na renegociação dos seus encargos/créditos.

O apoio no âmbito do direito do consumo pode também ser prestado, de forma gratuita, nas instalações da DECO do Algarve em Faro, a todos os residentes no concelho de Olhão.

Nas instalações do município de Olhão, no que se refere ao apoio ao sobreendividamento foram atendidos 110 munícipes.

Também, no âmbito deste protocolo têm-se realizado várias sessões públicas de esclarecimento sobre temas de interesse para a comunidade, como por exemplo sobre o mercado liberalizado de eletricidade e gás natural, vendas agressivas e burlas contra idosos, direitos e deveres dos consumidores, gestão do orçamento familiar, alimentação saudável, nova lei do arrendamento, conservação e manuseamento de alimentos, entre outras temáticas.

Durante o ano de 2013 decorreu também uma ação de formação para técnicos de cozinha escolar na Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes.

Através do protocolo celebrado com a Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e de Apoio ao Diabético do Algarve (AEDMADA), o Município de Olhão encaminhou cerca de 30 munícipes para acompanhamento e apoio diabetológico de acordo com as suas necessidades.

Relativamente ao protocolo celebrado com o Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (GATO), o Município de Olhão apoiou o internamento em comunidades terapêuticas de 9 munícipes.

No âmbito da ação social comunitária desenvolvida e tendo presente a importância da necessidade de dados para o conhecimento do concelho e para o apoio às decisões de gestão, ao longo do ano são constantemente atualizadas as bases de dados referentes à gestão dos beneficiários dos apoios concedidos.

No que se refere ao parque habitacional, é garantida a gestão física e social dos fogos de habitação municipal, o qual conta com 720 arrendatários. Neste âmbito foram analisados 21 pedidos de reajustamento de renda apoiada, 20 de transmissão de arrendamento, 139 de habitação, 13 transferências habitacionais, 5 pedidos de coabitação, celebrados 16 contratos de arrendamento, bem como determinados o valor do preço técnico e de renda apoiada referentes a 17 agregados familiares.

A gestão física do parque habitacional municipal requer constantemente uma resposta célere aos pedidos de reparação formulados pelos locatários, o que ao longo do ano se traduziu em cerca de 100 pequenas e médias reparações efetuadas.

A gestão do parque habitacional tem implícita a constante atualização documental dos processos, a sua criação digital, no âmbito do sistema de gestão documental do município, a atualização dos agregados familiares através de visitas domiciliárias para avaliação da situação sócio-económica e habitacional, aplicação de inquéritos no domicílio, bem como a atualização constante dos dados dos inquilinos no programa de gestão das habitações.

Com o objetivo de contribuir para a promoção da correta utilização dos espaços comuns das frações são efetuadas diariamente visitas domiciliárias pelas técnicas, já no que se refere aos locatários mais idosos são realizadas visitas com o fim de promover as condições de segurança habitacional.

Convém referir que algumas das ações realizadas, são efetuadas em parceria com as instituições de solidariedade social, de modo a promover a reabilitação e conseqüentemente a reinserção social dos agregados familiares na comunidade.

O desenvolvimento institucional concretiza-se através da Rede Social, sendo que ao longo do ano em análise e no âmbito do Conselho Local de Ação Social de Olhão (CLASO) realizaram-se 2 sessões de plenário, das quais resultou a aprovação do plano de ação para o ano de 2013 para apresentação dos projetos “Crescer e Viver em Segurança “ e do diagnóstico das famílias beneficiárias do rendimento social de inserção no núcleo local de inserção de Olhão. Com o objetivo de monitorizar o plano de ação anual e preparar as sessões de plenário do CLASO realizaram-se 4 reuniões.

A Rede Social de Olhão tem ainda representação e participação nas reuniões do consórcio “Mais Sucesso”, aprovado no âmbito do Programa Escolhas, da responsabilidade da Associação MOJU.

Foi organizada a V Semana do Bebê que se realizou de 3 a 9 de junho de 2013, incluindo o seminário técnico que decorreu a 7 junho e a feira que decorreu de 7 a 9 de junho.





No âmbito da promoção da igualdade de género, decorreu um conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do percurso da feira, subordinadas ao tema “Passaporte para a Igualdade”.

O Município de Olhão, através da Rede Social de Olhão associou-se à iniciativa “Semana Pelo Combate à Pobreza e à Exclusão Social” – de 12 a 20 de outubro. De uma forma simbólica, o Município visou proporcionar um dia diferente, aos mais carenciados do Concelho, intitulado “Pequenos gestos de integração/inclusão social”, com acesso a uma visita guiada ao Museu Municipal de Olhão, um Passeio no Caíque e uma Visita à Casa João Lúcio/Ecoteca, no dia 14 de Outubro de 2013, entre as 10h00 e as 17h00. Esta iniciativa abrangeu aproximadamente 40 pessoas beneficiárias da medida de Rendimento Social de Inserção.



Ainda no âmbito da Rede Social, o Município de Olhão está também representado na Plataforma Supraconcelhia do Algarve que tem como objectivo reforçar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio e centra-se na discussão e concertação produzida em torno dos diagnósticos sociais e problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social, cuja participação dos técnicos permite o conhecimento atempado das políticas sociais, bem como a troca de experiências.

Relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Olhão (CPCJ), o município é representado, por uma técnica, dois dias e meio por

semana e disponibiliza uma administrativa a tempo inteira. É feito o acompanhamento de processos através de atendimento personalizado, visitas domiciliárias e parcerias com diversas instituições, participação nas reuniões da Comissão na sua modalidade alargada e nas reuniões da Comissão na sua modalidade restrita que se realizam quinzenalmente.

Durante o ano de 2013 foram realizadas 6 reuniões da CPCJ na modalidade alargada e 33 reuniões da CPCJ na modalidade restrita.

Ao longo do ano foram efectuados cerca de 1050 atendimentos na CPCJ de Olhão que no final de 2013 apresentava um movimento processual de 546 processos.

A CPCJ de Olhão foi convidada por parte da Comissão Nacional para participar num estudo solicitado pelo Conselho de Ministros com o tema “Como se pode fazer funcionar um modelo de governação integrada? A experiência das CPCJ”, experiência de extrema importância para a comissão e consequentemente para o município.

A CPCJ de Olhão participou em vários encontros, sendo de destacar o II Encontro Regional do SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, que se realizou no dia 29 de Novembro em Faro.

Ao longo do ano realizaram-se 9 reuniões do Fórum Técnico para Inclusão, que tiveram como objetivo assegurar uma intervenção integrada em rede, no apoio à pessoa e família, visando uma resposta rápida e eficiente, centrada na família e no utente, sem que o utente se desloque inicialmente a todos os serviços.

1.9 Desporto

Apoio à Actividade Desportiva Formal

O Município de Olhão no objectivo de conceber uma estratégia de desenvolvimento desportivo cooperativo, em que exista um sentido mútuo de responsabilidade e um permanente propósito de colaboração institucional, celebrou durante o ano de 2013 contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Com esta atribuição de apoios, o Município de Olhão propôs-se reconhecer e dignificar o trabalho das associações, clubes e colectividades desportivas que contribuem para o desenvolvimento desportivo municipal, segundo regras de isenção e transparência e sempre na perspectiva de articulação entre a racionalização dos recursos e a maximização da eficácia das actividades dinamizadas.

Nesta óptica e de acordo com os artigos, 7º, 46º e 47º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, a qual define as bases das políticas de desenvolvimento da actividade física e do desporto, e ao abrigo do regime constante no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro e em conjugação com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e em consonância com o Regulamento de Apoio ao Associativismo

Desportivo do Município de Olhão, foram atribuídos em 2013 subsídios através de contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo tendentes a apoiar a actividade desportiva durante o inicio da época desportiva de 2013/2014 (1º trimestre - até Dezembro de 2013), no valor total de 101.262,50€ distribuídos por 10 Clubes Desportivos.



Desporto para a Comunidade – Actividades para todos

O desporto/actividade física é um fenómeno com grande relevância social. Observando este facto, o Município durante o ano de 2013 desenvolveu vários projectos dirigidos, sobretudo, a franjas da população com maiores problemas de integração e de acesso à actividade física e desportiva. Assim surgiram e foram dinamizados projectos tais como:

- Vida com Ritmo/Ginástica Sénior - A actividade física promove a melhoria da qualidade de vida nos idosos, retardando o envelhecimento, evitando a atrofia muscular, favorecendo a mobilidade articular, evitando a descalcificação óssea e melhorando a contracção cardíaca, além de que, diminui a possibilidade de enfarte, previne a obesidade, aumenta a capacidade respiratória, diminui o risco de coagulação sanguínea, melhora o funcionamento dos rins, melhora as relações sociais, aumenta a predisposição para o trabalho, colabora para o equilíbrio psico-afectivo e contribui para o exercício da cidadania. Considerando que desporto é Saúde o Município de Olhão, desenvolveu e dinamizou um programa de aulas de ginástica sénior em todas as freguesias. Tivemos durante o ano de 2013 um total de 384 participantes regulares nas aulas.



- **Marchas Passeio Algarve** - Durante o ano de 2013, o Município de Olhão, disponibilizou aos Domingos, transporte, motorista e um Técnico (Professor de Educação Física) que acompanhou os marchantes do nosso concelho, pelas mais deslumbrantes paisagens da nossa região, descobrindo tesouros únicos, guardados nos mais belos cenários naturais do nosso Algarve., mobilizando mais de 1200 marchantes.



- Krakes de Rua - Durante o ano de 2013, o Município de Olhão deu continuidade ao projecto Krakes de Rua, pelo 5º ano consecutivo. Trata-se de um projecto destinado a crianças de ambos os sexos dos 6 aos 12 anos de idade.

O objectivo do projecto é através de formas lúdicas e jogadas, proporcionar aos jovens, aprendizagem do futebol num contexto de desenvolvimento das suas aptidões físicas, psíquicas e sociais. É sobretudo um projecto que visa a inclusão social, dirigindo a sua acção aos muitos meninos e meninas que gostam de jogar à bola e não estão integrados em nenhum clube ou associação.

Durante o ano de 2013 existiram 2 núcleos de treino, um na Escola EB1 do Largo da Feira e outro na Escola EB1 n.º4, que contaram com cerca de uma centena de participantes ao longo do ano.



- Tempos Livres - O direito ao lazer e aos tempos livres é uma conquista dos dias de hoje a que o Município de Olhão dá grande importância, nesse sentido, organizou durante o ano de 2013 diversos eventos e actividades dirigidos à população Olhanense, dando especial enfoque aos programas dirigidos aos idosos e às crianças.

- Festa de Carnaval e Natal/Seniores do Projecto Vida com Ritmo - Com o objecto de promover a socialização e confraternização entre os seniores que frequentam as classes de ginástica foram realizadas durante o ano de 2013, 2 festas comemorativas (chá dançante) que contaram com a participação de cerca de 250 participantes em cada uma.



- Passeios Seniores/Projecto Vida com Ritmo/Programa Mais Vida à Vida - O projecto "Mais Vida à Vida" iniciou-se no ano de 2001 e tem desde então

permitido que a população, com idade igual ou superior a 60 anos, residente no concelho de Olhão, visite e conheça novas localidades, com enfoque especial para a descoberta do relevante património natural e construído.

Durante o ano de 2013 o Município de Olhão promoveu 22 passeios a 2 destinos, Vidigueira (10 passeios) na Primavera e Aljezur (12 passeios) no Outono, que mobilizaram 1100 pessoas.



Campos de Férias - Os Campos de Férias têm como objectivo proporcionar às crianças e jovens do concelho de Olhão momentos de diversão, ao mesmo tempo que estimulam aprendizagens e promovem hábitos de vida saudável recorrendo à prática de actividade física e proporcionando a interactividade entre os participantes.

Aprender... fazendo! É o grande objectivo dos Campos de Férias. Foram realizadas inúmeras actividades, de diferentes áreas e conceitos, sempre supervisionadas por técnicos credenciados. Em 2013 realizaram-se 3 períodos de Campos Férias: Páscoa; Verão e Natal, com a participação total de 350 crianças.



- Marchas Populares - Em 2013, os Santos Populares foram vividos com alma e dedicação pelas gentes de Olhão. Oito colectividades representando todas as freguesias, apresentaram as suas marchas cheias de colorido e alegria. De acordo com a tradição, a primeira apresentação teve lugar em Olhão no Jardim Pescador olhanense, tendo-se posteriormente realizado apresentações em todas as freguesias.



- Festa Piscinas - Muita água, alegria e boa disposição é o que ocorreu na já tradicional Festa das Piscinas que, no dia 01 Junho se realizou no Complexo das Piscinas Municipais de Olhão.

Trata-se de uma iniciativa que, para além do aspecto desportivo, valoriza o convívio entre todos aqueles que ao longo do ano utilizam a piscina como meio lúdico, de aprendizagem e treino ou de ocupação dos tempos livres, que contou com a participação de cerca de 500 utentes do complexo.



Apoio a outras Entidades na organização de eventos, nomeadamente Gincana Verde, Jogos de Quelfes, Dia do Diabético, Corta-Mato (João da Rosa), Corta-Mato (Fase Concelhia), entre outros.



1.10 Cultura e Juventude

Apesar do momento difícil que o país atravessa, com implicações negativas nas fontes de receita dos municípios e num quadro financeiro de fortíssima contenção, foi necessário durante o ano 2013 encontrar soluções para manter uma relevante oferta cultural.

Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal tem vindo a desenvolver um esforço de aproximação à população, através de atividades que se pretendem cada vez mais diversificadas, com uma oferta documental renovada com regularidade.

Atualmente a biblioteca dispõe de uma coleção de 40.649 livros e DVD's e de uma diversidade de atividades de âmbito cultural, nomeadamente serviço bibliotecário à comunidade, hora do conto, encontro com escritores/apresentação de livros, clubes de leitura/comunidades de leitores, exposições sobre livros e autores, conferências/palestras. *ateliers*, *ateliers* de promoção da leitura e outras atividades.



Museu Municipal

O Museu Municipal de Olhão tem como principal objetivo conservar e promover a divulgação do Património Material e Imaterial do Concelho.

Durante o ano de 2013, o funcionamento do Museu Municipal repartiu-se em quatro eixos principais: participação mensal – através da agenda municipal; exposições, actividades programadas e trabalho técnico específico, nomeadamente, Divulgação Mensal da Agenda Cultural “Olhão Vivo”: de Janeiro a Dezembro, com duas rubricas: “Património do Mês” e “Edições de Outrora”, Exposição Temporária: “ os Pescadores” – exposição de fotografia/Pescadores/Pesca, Exposição Temporária: “ Mértola o último Porto do Mediterrâneo” Painéis/Arqueologia/História, Exposição Temporária: “ Sentinelas de Olhão” Painéis/Arqueologia/História, Semana da Criança e do Ambiente: stand com Atelier de Arqueologia “ Cavar e Escavar”, Passeios acompanhados (Universidade do Algarve:” Orientation Week – Conhecer Olhão “ e Universidade de Aachen, Alemanha: sob a temática: Paisagem Urbana e Economia Local), Trabalho Técnico Específico/Inventariação do Acervo do Museu Municipal, nomeadamente em Arqueologia, Industria Conserveira e Pescas.



Casa da Juventude

A Casa da Juventude de Olhão é um espaço de integração, participação e desenvolvimento de atividades lúdico-formativas, que pretende promover e apoiar o desenvolvimento humano, social e cultural dos jovens olhanenses.

Durante o ano 2013 efetuaram-se 8.359 atendimentos, atividades formativas, exposições, eventos (IIº Mostra-te, Sai à Rua, Teatro), publicações (Antologia, Franzine Annual e Jornal J) e parcerias/colaborações/apoios.



Casa João Lúcio



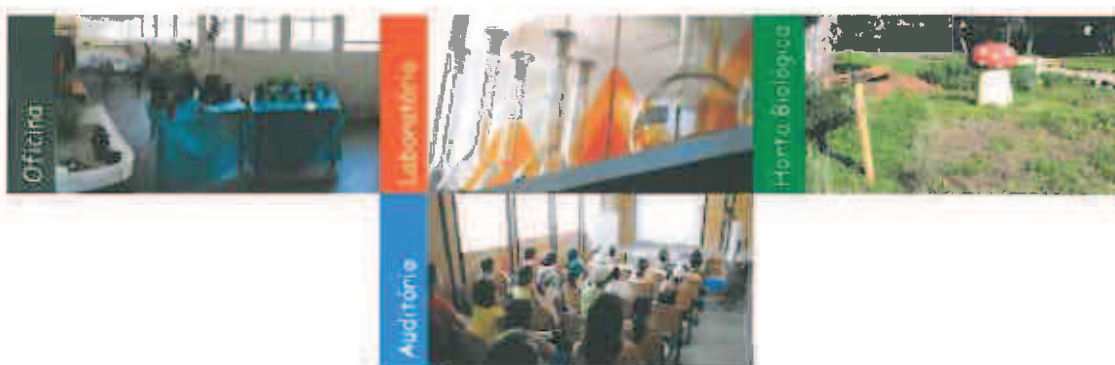
A Casa João Lúcio é um curioso edifício que se destaca pelas suas escadas em forma de guitarra, serpente, violino e peixe. Para além das exposições de fotografia, pintura e escultura que estão patentes na sua galeria, também pode visitar o espaço dedicado às atividades de educação ambiental.

Durante o ano 2013 desenvolveram-se mais de uma centena de actividades culturais e de educação ambiental (exposições, oficinas criativas, ateliers, palestras, conferências, cursos de formação), preferencialmente dirigidas a Escolas, Universidade Sénior e Centros de Tempos Livres. Merecem particular destaque as exposições intituladas "Lenita visita Olhão" e "João Lúcio o Homem por detrás do Poeta", a "Conferência do

Cerro à Ria Formosa", as palestras "Salvar os nossos Cágados", "Cavalos Marinhos", "As Aves da Ria Formosa", "Os Peixes também ficam doentes" e ainda os projectos "As Cores do meu Mundo" em parceria com a APPC, "Voluntariado Ambiental para a Água" em parceria com a APA/ARHAlgarve, Horta João Lúcio (biológica) em parceria com 5 Associações de Solidariedade Social do Concelho assim como a participação na Semana do Ambiente e na Noite dos Investigadores.



As diferentes actividades realizadas resultam de parcerias informais com mais de uma dezena de entidades públicas e privadas e potenciam a visitação continuada do edifício, pelo que durante o ano de 2013 registaram-se 4421 visitantes (locais, nacionais, internacionais e grupos).





município de **Olhão**

mais gestão



RELATÓRIO DE GESTÃO



II. RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. Introdução

Em cumprimento do disposto do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o Relatório de Gestão deverá proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhar a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pela autarquia bem como a eficácia na realização dos objectivos.

Nesta perspectiva, o presente relatório tenta traduzir, embora de uma forma sucinta, nas suas diversas peças escritas, mapas e gráficos, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento no ano de 2013.

Foram desenvolvidos vários esforços dentro dos requisitos legais, com recurso a todos os mecanismos económico-financeiros, técnicos e administrativos ao alcance do executivo, no sentido de proporcionar tanto quanto possível, a concretização das actividades previstas, tendo-se procurado atingir os melhores resultados possíveis.

2.2. Análise do Controlo Orçamental

2.2.1. Modificações Orçamentais

Apesar de na elaboração do Orçamento se ter seguido os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se prever todas as situações, só com a execução do orçamento é possível verificar a realidade da situação financeira da autarquia.

Como em qualquer gestão previsional no decurso do ano, para persecução dos objectivos, a realidade da receita e da despesa diverge do previsto, quer porque se constata que as dotações previsionais se apresentam insuficientemente dotadas quer porque, por qualquer razão, não foram inscritas.

Neste sentido, torna-se necessário aplicar o mecanismo das modificações das dotações iniciais, tendo esta Câmara Municipal efectuado durante o ano 2013 vinte e cinco modificações ao Orçamento, treze às Grandes Opções do Plano e duas revisões ao Orçamento e uma revisão às Grandes Opções do Plano, nas quais se procedeu a ajustamentos entre as várias rubricas, tendo-se aumentado o valor da dotação global face ao inicialmente previsto, como se pode verificar no mapa seguinte:

	Receita			Despesa		
	Inicial	Após modificações	Dif.	Inicial	Após modificações	Dif.
Corrente	29.271.640,00	29.271.640,00	0,00	28.342.840,00	28.607.018,00	264.178,00
Capital	11.119.504,00	10.905.178,13	-214.325,87	12.057.160,00	12.328.119,70	270.959,70
Outras receitas	8.856,00	758.319,57	749.463,57			0,00
Total	40.400.000,00	40.935.137,70	535.137,70	40.400.000,00	40.935.137,70	535.137,70

Não obstante as alterações verificadas aos documentos previsionais em termos de orçamento não foi alterado o equilíbrio entre a despesa e a receita, sendo que a despesa corrente se apresentou inferior à receita da mesma natureza no final de 2013.

2.2.2. Resumo da execução orçamental

RECEITAS CORRENTES			
	Previsão	Execução	%
2012	30.637.546,00	19.409.809,49	63,35%
2013	29.271.640,00	21.444.977,30	73,26%

DESPESAS CORRENTES			
	Previsão	Execução	%
2012	30.450.150,00	18.756.495,08	61,60%
2013	28.607.018,00	21.298.461,84	74,45%

RECEITAS CAPITAL			
	Previsão	Execução	%
2012	13.062.454,00	3.710.147,07	28,40%
2013	11.663.497,70	6.871.867,64	58,92%

DESPESAS CAPITAL			
	Previsão	Execução	%
2012	13.249.850,00	3.613.997,91	27,28%
2013	12.328.119,70	5.227.336,02	42,40%

2.2.2.1. Resumo da execução orçamental da receita

Receitas Cobradas Brutas	2013		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Impostos directos	9.308.720,00	9.362.769,42	100,58%
Impostos indirectos	349.287,00	99.064,81	28,36%
Taxas, multas e outras penalidades	214.966,00	175.599,09	81,69%
Correntes			
Rendimentos da propriedade	7.400.106,00	122.567,86	1,66%
Transferencias correntes	9.740.853,00	9.415.183,00	96,66%
Venda de bens e serviços correntes	1.349.377,00	1.401.475,37	103,86%
Outras receitas correntes	908.331,00	868.317,75	95,59%
Total das receitas correntes	29.271.640,00	21.444.977,30	73,26%
Capital			
Venda de bens de investimento	3.297.366,08	56.400,00	1,71%
Transferencias capital	2.612.797,00	1.812.720,57	69,38%
Activos financeiros	48.423,55	94.414,68	194,98%
Passivos financeiros	4.926.441,50	4.120.165,04	83,63%
Outras receitas capital	20.150,00	36.863,21	182,94%
Total das receitas capital	10.905.178,13	6.120.563,50	56,13%
Outras			
Reposições não abatidas nos pagamentos	8.856,00	1.840,57	20,78%
Saldo da gerência anterior	749.463,57	749.463,57	100,00%
Total	40.935.137,70	28.316.844,94	69,17%

Relativamente à execução da receita total em 2013, podemos verificar que na globalidade se atingiu 69,17% do valor previsto no orçamento.

É de salientar o aumento expressivo da execução da receita tanto em capital como em correntes, comparativamente com o ano anterior. Esta situação resulta da execução das receitas de capital de 56,13% e de correntes de 73,26%.

2.2.2.2. Resumo da execução orçamental da despesa

Despesa	2013		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Despesas com pessoal	10.373.591,00	9.431.461,82	90,92%
Aquisição de bens e serviços	10.275.512,00	6.412.522,58	62,41%
Juros e outros encargos	1.167.500,00	428.629,09	36,71%
Correntes			
Transferências correntes	1.306.410,00	1.170.196,47	89,57%
Subsídios	5.079.455,00	3.578.421,32	70,45%
Outras despesas correntes	404.550,00	277.230,56	68,53%
Total das despesas correntes	28.607.018,00	21.298.461,84	74,45%
Capital			
Aquisição de bens de capital	6.555.019,70	2.955.650,26	45,09%
Transferências capital	390.370,00	247.364,58	63,37%
Activos financeiros	3.120.000,00	68.750,00	2,20%
Passivos financeiros	2.262.730,00	1.955.571,18	86,43%
Outras despesas capital	0,00	0,00	0,00%
Total das despesas capital	12.328.119,70	5.227.336,02	42,40%
Total	40.935.137,70	26.525.797,86	64,80%

No que respeita às despesas pudemos verificar que na globalidade estas apresentam uma execução de 64,80% relativa ao previsto no orçamento, sendo a percentagem de execução da despesa correntes 32,05 pontos percentuais superior á da despesa de capital.

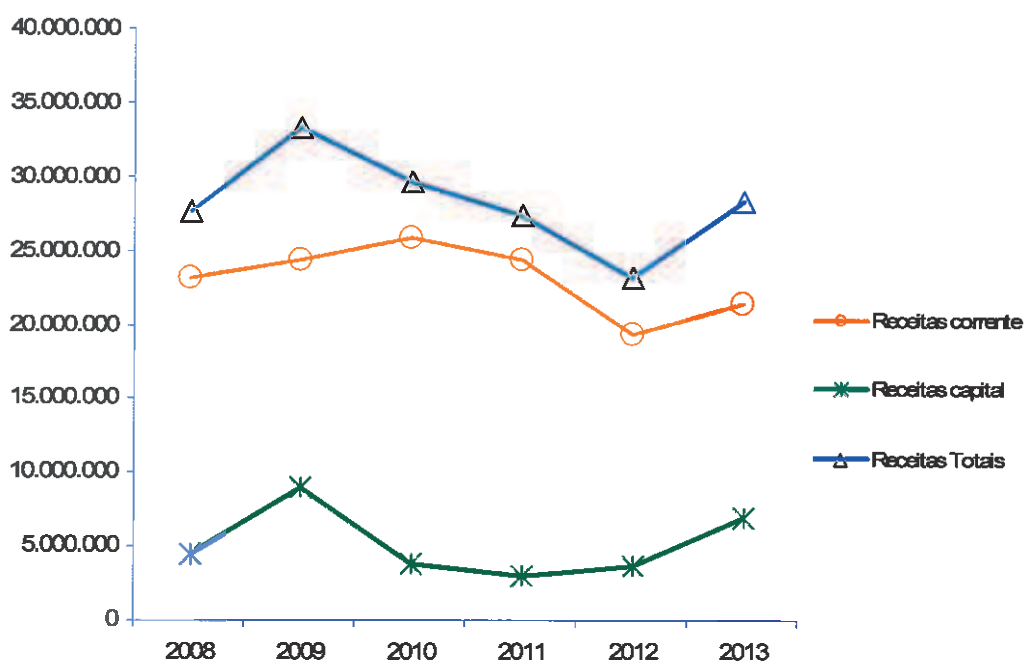
2.3. Receita

2.3.1. Análise da Receita

2.3.1.1 Evolução da receita total

Receitas	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas corrente	23.233.915,10	24.470.965,57	25.950.201,85	24.354.057,36	19.409.809,49	21.444.977,50
Receitas capital	4.491.926,33	8.933.196,35	3.738.027,03	2.981.741,77	3.710.147,07	6.871.867,64
Total	27.725.841,43	33.404.161,92	29.688.228,88	27.335.799,13	23.119.956,56	28.316.845,14

Analisando a evolução da receita entre 2012 e 2013, constata-se que a receita arrecadada em 2013 teve um aumento de 22,48% em relação ao valor cobrado no ano 2012. Através da visualização gráfica seguinte, podemos verificar que a situação desta gerência é contrária à verificada nos últimos três últimos anos.



2.3.1.2 Evolução da receita corrente

Receitas Correntes	2012	2013
Impostos Directos	7.865.137,83	9.362.769,42
Impostos Indirectos	182.161,16	99.064,81
Taxas, Multas e Outras Penalidades	253.294,28	175.599,09
Rendimentos de Propriedade	71.454,39	122.567,86
Transferências Correntes		
FEF/FSM/IRS	4.601.352,00	5.575.071,00
Outras	4.039.626,49	3.840.112,00
Venda de Bens e Serviços	1.479.858,49	1.401.475,37
Outras Receitas Correntes	916.924,85	868.317,95
Total	19.409.809,49	21.444.977,50

A receita corrente registou um aumento de 10,49% entre 2012 e 2013, tendo contribuído para esta situação o aumento dos impostos directos e das transferências do Estado, cuja análise se efectuará no ponto 2.3.1.7.

2.3.1.3 Evolução da receita capital

Receita de Capital	2012	2013
Venda de Bens de Investimento	0,00	56.400,00
Transferências de Capital		
FEF	1.947.438,00	973.719,00
Outras	1.380.133,90	839.001,57
Activos Financeiros	0,00	94.414,68
Passivos Financeiros	0,00	4.120.165,04
Outras Receitas de Capital	0,00	36.863,21
Total	3.327.571,90	6.120.563,50

Com se pode verificar existiu um aumento expressivo da receita de capital de 83,93%, devido aos passivos financeiros, por via do programa PAEL. É de salientar a redução das transferências do Estado na parte de capital, uma vez que esta foi afetada a receita corrente, de acordo com o previsto no Orçamento de Estado para 2013.

2.3.1.4 Realização da receita

Receitas	2012		2013		Taxa de Crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Receitas correntes					
Impostos Directos	7.865.137,83	34,02%	9.362.769,42	33,06%	19,04%
Impostos Indirectos	182.161,16	0,79%	99.064,81	0,35%	-45,62%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	253.294,28	1,10%	175.599,09	0,62%	-30,67%
Rendimentos de Propriedade	71.454,39	0,31%	122.567,86	0,43%	71,53%
Transferências Correntes					
FEF/FSM/IRS	4.601.352,00	19,90%	5.575.071,00	19,69%	21,16%
Outras	4.039.626,49	17,47%	3.840.112,00	13,56%	-4,94%
Venda de Bens e Serviços	1.479.858,49	6,40%	1.401.475,37	4,95%	-5,30%
Outras Receitas Correntes	916.924,85	3,97%	868.317,95	3,07%	-5,30%
Total	19.409.809,49	83,95%	21.444.977,50	75,73%	10,49%
Receitas de capital					
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00%	56.400,00	0,20%	-
Transferências de Capital					
FEF	1.947.438,00	8,42%	973.719,00	3,44%	-50,00%
Outras	1.380.133,90	5,97%	839.001,57	2,96%	-39,21%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	94.414,68	0,33%	-
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	4.120.165,04	14,55%	-
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	36.863,21	0,13%	-
Total	3.327.571,90	14,39%	6.120.563,50	21,61%	83,93%
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.051,08	0,01%	1.840,57	0,01%	-10,26%
Saldo da Gerência anterior	380.524,09	1,65%	749.463,57	2,65%	96,96%
Total	23.119.956,56	100,00%	28.316.845,14	100,00%	22,48%

A totalidade da receita do município em cada ano traduz o nível de recursos que, segundo diversas proveniências, lhes foram disponibilizados para a assunção do desenvolvimento das suas atribuições. Também, como é natural, esse montante está diretamente correlacionado com a riqueza gerada no território nacional, sofrendo as influências da conjuntura nacional e internacional.

Para melhor análise da receita foi elaborado o quadro anterior. Este, visa desagregar a receita municipal nas suas principais categorias, para que se tornem perceptíveis não só a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, mas também a sua evolução relativamente ao ano anterior. A receita global do Município aumentou 5.196.888,58 euros entre 2012 e 2013, traduzindo-se num aumento de 22,48%.

As transferências correntes e de capital, representam 39,65% da receita total, sendo importante analisar a sua desagregação e crescimento relativamente ao ano anterior.

Neste sentido verifica-se um aumento das transferências correntes (8,96%) e uma redução expressiva das transferências de capital (45,52%), relativamente ao ano anterior.

Transferências Correntes e Capital	2012	2013	Crescimento	
			Valor	Taxa
Transf. Correntes	8.640.978,49	9.415.183,00	774.204,51	8,96%
Sociedades e Quase-Sociedades				
Financeiras	435,85	0,00	-435,85	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.921.158,00	3.894.877,00	973.719,00	
Fundo Social Municipal	652.645,00	652.645,00	0,00	
Participação fixa no IRS	1.027.549,00	1.027.549,00	0,00	
Fundos Comunitários	106.579,07	55.817,68	-50.761,39	
Outras	3.821.586,46	3.694.800,37	-126.786,09	
Serviços e Fundos Autónomos	111.025,11	89.493,95	-21.531,16	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Capital	3.327.571,90	1.812.720,57	-1.514.851,33	-45,52%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.947.438,00	973.719,00	-973.719,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Fundos Comunitários	1.380.133,90	839.001,57	-541.132,33	
Total	11.968.550,39	11.227.903,57	-740.646,82	-6,2%

2.3.1.5 Realização da Receita Corrente

Após análise do quadro da realização da receita, constata-se que a receita corrente representa 75,73% da receita total, índice, este que reduziu 8,22 pontos percentuais em relação ao ano passado.

Após estudo da evolução das várias sub-contas relativamente ao ano anterior, verifica-se que a descida mais expressiva em termos de valor foi nas "Transferências Correntes - Outras", tal como consta da análise efectuada no ponto 2.3.1.2 – Evolução da receita corrente, seguida das "Outras Receitas Correntes".

Apenas se verificou subida nos "Impostos Diretos" (1.497.631,59€), nas "Transferências do Correntes – FEF, FSM e IRS" (973.719€) e nos "Rendimentos de Propriedade" (51.113,47€).

2.3.1.6 Realização da Receita Capital

Muitos dos projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano foram concretizados com o recurso aos fundos comunitários, com co-financiamentos ao abrigo do QREN 2007-2013 e no âmbito do Programa Operacional das Pescas.

As intervenções realizadas que foram co-financiadas ao abrigo do QREN, concretizaram-se através dos programas operacionais regionais, do programa operacional temático valorização do território, com o apoio do FEDER e Fundo de Coesão, cujos objetivos prendem-se com a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões e da coesão nacional, colmatando deficiências e debilidades que ainda persistem.

O apoio para a implementação da estratégia de desenvolvimento na zona costeira do Sotavento do Algarve, parceria entre entidades públicas e privadas, é prestado através do Grupo de Ação Costeira (GAC) do Algarve, criado ao abrigo do PROMAR – Programa Operacional Pesca 2007-2013, eixo 4 – “Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca”

O GAC Sotavento do Algarve interage como organismo intermédio, entre os promotores e a autoridade de gestão do PROMAR, tendo por função dinamizar, receber, avaliar e propor projectos à autoridade de gestão do PROMAR para aprovação. Após aprovação, o GAC Sotavento do Algarve tem por função acompanhar e verificar a execução material e financeira dos projectos.

O GAC do Sotavento do Algarve inclui 6 municípios, 20 freguesias, uma população residente de 154.455 e com uma população dependente da pesca de cerca de 7.790 e tem uma dotação aprovada referente à componente do Fundo Europeu das Pescas (FEP) de 3.739.112€ para apoio às comunidades piscatórias.

No âmbito do GAC foram aprovados até final do ano de 2013, dezanove projectos, que representam um valor total de investimento de 2.118.128,86€, correspondendo a 894.824,66€ co-financiados pelo FEP.

Dos projectos aprovados, cinco inserem-se no concelho de Olhão com uma previsão de criação de 40 postos de trabalho.

Relativamente ao setor das pescas, a divisão tem ainda apoiado promotores na elaboração de candidaturas e de pedidos de pagamento ao eixo 1 (adaptação da frota de pesca) e ao eixo 2 (aquacultura) do PROMAR.

No âmbito dos projetos do município, candidatados aos fundos comunitários, foram acompanhadas as 18 candidaturas que já se encontravam aprovadas, efetuadas as reprogramações, elaborados pedidos de pagamentos, relatórios de atividade, bem como prestado todo o apoio nas auditorias e no expediente inerente às mesmas.

Entre estas, três candidaturas, uma no âmbito da mobilidade, outra na área do ambiente e outra na área da proteção civil, obtiveram decisão favorável durante o ano em análise.

As candidaturas aprovadas no âmbito do programa operacional regional POAlgarve 21, permitiram ao município receber 894.819,26€ de fundos provenientes do FEDER e Fundo de Coesão, correspondentes a despesas correntes (55.817,68€) e de capital (839.001,57€), investindo em programas de regeneração urbana, na modernização administrativa, na eficiência energética, no reequipamento estratégico da protecção civil, em equipamento de protecção individual para combate a incêndios em espaços naturais, em instrumentos de planeamento e ordenamento do território e em infra-estruturas escolares e ambientais.

É de referir que no âmbito da regeneração urbana e Inseridas no Programa de Ação “Centro Histórico e Frente Ribeirinha de Olhão” apoiado no Programa Operacional do Algarve (POAlgarve 21), iniciaram-se as intervenções de beneficiação e requalificação de 5 largos: “Largo da Carma”; “Largo do Carolas”; “Largo do Gaibéu”; “Praça Patrão Joaquim Lopes”; e “Largo da Fábrica Velha”, contribuindo para a valorização de um espaço urbano, de importância vital para a cidade.

Dos 5 largos requalificados, 2 ficarão com intervenções de arte alusivas às lendas olhanenses, com uma sinalética que permitirá a criação de um percurso pedonal de ligação entre os diferentes largos, denominado “Caminho das Lendas”.

O conceituado artista plástico Leonel Moura concebeu duas esculturas em fibra de vidro e resina polyester pigmentada com estrutura metálica interior alusivas a duas lendas de Olhão.

O Plano de Pormenor do Centro Histórico, Instrumento de gestão fundamental constituirá o elo de ligação entre o Programa de Ação e o planeamento integrado do Centro Histórico.

Relativamente à parceria entre os Municípios de Faro, Loulé, Olhão, Albufeira, S. Brás de Alportel e Tavira, designada por Algarve Central – Uma Parceria Territorial, contempla ações no âmbito da cultura, modernização administrativa, eficiência energética e planeamento estratégico.

Já a modernização administrativa, designada por simplex autárquico, permitiu durante o ano de 2013 consolidar investimentos, continuando a apostar em serviços mais eficientes ao serviço dos cidadãos e das empresas através do Balcão Único de Atendimento.

A aposta na eficiência energética, traduziu-se na instalação do equipamento solar térmico para aquecimento da água das piscinas municipais, na elaboração do projeto para a instalação de painéis solares para aquecimento da águas quentes solares no Estádio Municipal de Olhão, tendo sido formalizada uma candidatura ao EIXO 2 do POalgarve 21 para financiamento da empreitada, a qual foi aprovada.

A vertente Energia está presente em todos os projectos municipais, de construção ou outros, e tem sido feito um grande esforço para intensificar as medidas de sensibilização à comunidade, fomentando a utilização de mecanismos de produção de energias alternativas. Também no âmbito do programa operacional regional foi aprovada uma candidatura que cofinancia o investimento de 18 reguladores de fluxo luminosos nos Pt's seleccionados através do estudo de diagnóstico efetuado, tendo em vista a redução do consumo energético.

A aposta na promoção de uma maior mobilidade inter-concelhia, permitiu a elaboração dos Planos de Mobilidade e Transportes de Olhão e o Estudo da Mobilidade Intermunicipal do Algarve Central.

O Plano de Mobilidade e Transportes, como já foi referido, encontra-se terminado e os documentos encontram-se disponíveis para consulta no site do município.

No âmbito deste plano realizaram-se as reuniões da comissão externa de acompanhamento, onde estiveram presentes cerca de 20 entidades representativas do setor dos transportes e mobilidade e workshops de participação pública, com o objetivo de dar a conhecer à população o que se está a fazer no âmbito deste plano.

Relativamente ao Estudo da Mobilidade Interurbana, também se realizaram as reuniões da comissão externa de acompanhamento, onde estiveram presentes cerca de 30 entidades com competências nesta matéria e um workshop dirigido a entidades específicas e dois fóruns públicos para a população em geral, em Albufeira e Faro.

Além da parceria com os Municípios do Algarve Central, foram desenvolvidas outras candidaturas em parceria com os municípios do Algarve, com investimentos na área da proteção civil, nomeadamente ao nível do reequipamento estratégico e equipamentos de proteção individual para combate a incêndios.

Neste âmbito foram adquiridos veículos, equipamentos de protecção individual e equipamento para base de apoio distrital, sendo de referir que este último foi cedido para a base de apoio distrital, localizada em Alfubeira, cujo protocolo foi aprovado em reunião de câmara.

Durante o ano de 2013 foram também adquiridos equipamentos de protecção individual, para os bombeiros (botas, uniformes, cógulas, luvas, capacetes).

Estas candidaturas permitiram adquirir um veículo de comando tático e foi lançado o procedimento para adquirir um veículo de combate a incêndios urbanos, através de concurso público.

Também inseridas no POAlgarve 21 o Município acompanhou outras candidaturas individuais, tais como a Ampliação da EB1/JI de Moncarapacho, reprogramando-a para incluir 3 novas empreitadas (extinção de incêndios, reparação do telhado e drenagem de água), tendo esta infra-estrutura sido inaugurada no dia 16 de junho, dia da cidade.

Foi formalizada a candidatura “Requalificação da ER 125 – Construção de Rotunda” com o objetivo de contribuir para a redução do congestionamento de tráfego nesta zona, minimizando as dificuldades existentes. Pretendia-se promover uma mobilidade sustentável e paralelamente a qualificação urbana. Com a construção da rotunda seria valorizado um espaço de extrema importância para a cidade que constitui uma alavanca quer das atividades económicas, quer culturais ou sociais, sem nunca esquecer as garantias de acessibilidades e mobilidade para todos os utentes.

Na área ambiental foi formalizada uma candidatura ao POVT (Programa Operacional Valorização do Território), para construção do ecocentro e aquisição de equipamentos (contentores, equipamento para lavagem contentores e compactador de cartão), que teve decisão favorável. O investimento nesta área tem como objectivo promover e amplificar os processos da recolha seletiva dos vários tipos de materiais, que até então, se acumulam nos lixos urbanos disseminadas pelo concelho, sendo também responsáveis pela degradação das condições de higiene e limpeza dos espaços públicos e pela redução da capacidade de atuação e resposta do Município.

O ecocentro de Olhão, localizado na Área Empresarial de Marim, com uma área de implantação de 2340m²., contempla ainda uma área com 690m² que permitirá, eventualmente, uma futura expansão.

Está estrategicamente situado, a cerca de 4 km do centro de Olhão, beneficiando da excelente rede de acessos da Área Empresarial de Marim, o que o torna num local de fácil acesso para a população, por um lado, e suficientemente afastado de zonas densamente povoadas, por outro.

A zona é privilegiada no que diz respeito a ligações rodoviárias, pois tem acessos pela EN 125 e pelo nó de ligação de Olhão à A22, facilitador do

transporte dos resíduos para as instalações da Algar, S.A., localizadas nos outros concelhos.

A utilização privilegiada da A22, promoverá o desvio da EN 125 das viaturas pesadas de transporte de resíduos, facilitando as condições de mobilidade naquela via de circulação.

Relativamente aos instrumentos de planeamento estratégico, no ano de 2013 foi concluído o documento final do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – Olhão 2025.

O PEDS- Olhão 2025 é um instrumento de trabalho, transversal a várias áreas de actuação, que permite conhecer a realidade do concelho, reconhecer desafios e definir objectivos de actuação de modo a cumprir o objectivo global de desenvolvimento sustentável que se pretende para Olhão no horizonte 2025. Define as grandes linhas orientadoras para o futuro do concelho. Faz a articulação e define acções e medidas prioritárias nos domínios da Qualificação Urbana e Ambiental, Qualificação das Acessibilidades e Mobilidade Regional, do Desenvolvimento Inclusivo e Criativo.

O PEDS - Olhão 2025, é um programa integrado, cujo sucesso da gestão depende em parte das boas relações que se estabelecem com as várias instância públicas e potenciais parceiros privados.

Neste documento são identificadas as 5 grandes linhas estratégicas de Desenvolvimento para Olhão 2025, com programas de acção, alguns já em desenvolvimento, que seguem esta estrutura:

1- Economia do Mar, voltar a apostar no mar com uma vertente importante ligada à investigação.

2- Qualificação Urbana e Ambiental, reforçar a identidade de Olhão como cidade cubista

3- Qualificação das Acessibilidades e Mobilidade Regional, uma aposta nas parcerias público privadas para investimentos na área dos transportes acessíveis a todos.

4- Desenvolvimento Inclusivo e Criativo, aposta na criatividade, cultura, como factor de desenvolvimento económico e empregabilidade.

5- Capitação Institucional e Governância Territorial, concretização de projectos e acções no domínio das acessibilidades, mobilidade, empregabilidade, em parcerias com o Algarve-Central.

No dia 16 de junho realizou-se um encontro denominado Olhão – Caminhos de Futuro, no Hotel Real Marina, onde foram apresentados os programas de atuação, pelo consultor da equipa que está a elaborar o PEDS – Olhão 2025.

Candidaturas Individuais			
Designação	FEDER Recebido – 2014		
	Corrente	Capital	TOTAL
Energias Renováveis e Eficiência Energética	0,00	0,00	0,00
Museus em Rede	0,00	0,00	0,00
Simplex Autárquico - Lojas do Múncipe em Rede	4.825,39	35.626,78	40.452,17
Estudo da Mobilidade Interurbana	0,00	25.586,74	25.586,74
Simplex Autárquico - Municípios do Algarve Central em Rede	41.557,92	12.606,42	54.164,34
Req. Largos Z. Histórica de Olhão	0,00	3.836,95	3.836,95
Intervenção de Arte Urbana em Espaço Público Emblemático	0,00	58.763,25	58.763,25
Elaboração do Plano de Pormenor Z. Histórica	0,00	0,00	0,00
Reequipamento Estratégico da Protecção Civil do Algarve	9.434,37	22.159,94	31.594,31
Ampliação da EB1/JI de Moncarapacho	0,00	489.919,58	489.919,58
Reguladores de Fluxo	0,00	3.597,75	3.597,75
Apetrechamento Tecnológico das EB1 do Algarve	0,00	8.640,01	8.640,01
Nova EB1 com JI (junto à EB 2/3 José Carlos Maia)	0,00	81.374,04	81.374,04
Ampliação da EB1 N.º6 e Construção do J. de Infância	0,00	0,00	0,00
Redes de Programação Cultural	0,00	0,00	0,00
Ecocentro de Olhão	0,00	96.890,10	96.890,10
	55.817,68	839.001,57	894.819,24
	FEP		
Aquisição de Competências e Cooperação - PROMAR GAC	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	55.817,68	839.001,57	894.819,24

2.3.1.7. Receitas Próprias

N presente gerências verificou-se um aumento das receitas próprias, embora se registre uma redução do seu peso face à receita total, pois esta também aumentou (43,15% em 2013 e 46,58% em 2012).

O aumento expressivo de algumas componentes das receitas próprias contribuiu para um aumento global das receitas próprias em 13,45%, relativamente ao ano anterior, o que significa que aumentou a capacidade própria do Município em gerar recursos financeiros.

Receitas próprias	2012	2013	%	Taxa crescimento
Receitas próprias correntes				
Impostos Locais	8.047.298,99	9.461.834,23	77,45%	17,58%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	253.294,28	175.599,09	1,44%	-30,67%
Rendimentos de Propriedade	71.454,39	122.567,86	1,00%	71,53%
Vendas de Bens e Serviços	1.479.858,49	1.401.475,37	11,47%	-5,30%
Outras Receitas Correntes	916.924,85	868.317,95	7,11%	-5,30%
Total	10.768.831,00	12.029.794,50	98,46%	11,71%
Receitas próprias de capital				
Venda de Bens de Investimento	0,00	56.400,00	0,46%	-
Activos Financeiros	0,00	94.414,68	0,00%	-
Outras Receitas de Capital	0,00	36.863,21	0,30%	-
Total	0,00	187.677,89	1,54%	-
Total da receitas próprias	10.768.831,00	12.217.472,39	100,00%	13,45%

Porque esta componente da receita constitui uma fonte de financiamento importante para o Município, na medida em que é resultado da gestão efectuada pelo executivo, o quadro anterior apresenta a estrutura das receitas próprias e permite verificar, com mais pormenor, como são constituídas.

A sua análise revela que os "Impostos Locais" contribuem com 77,45%, "Venda de Bens e Serviços" com 11,47% das receitas próprias.

Caracterizando o conceito de "Impostos locais", "Na óptica da classificação económica", conclui-se que são receitas provenientes essencialmente da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis que constituem a principal fonte de receitas próprias do Município.

As receitas próprias são essencialmente constituídas por receita corrente, representando esta na presente gerência 56,10%, não tendo a receita de capital qualquer expressão.

Segue-se a análise de rácios, efectuada com o objectivo de encontrar indicadores médios que permitam efectuar comparações entre grandes componentes contabilísticas e assim verificar a capacidade financeira do Município, comparativamente neste dois últimos anos.

Rádios	2012	2013
Receitas Próprias / Receita Total	46,58%	43,15%
Receitas Próprias Correntes / Receita Corrente	55,48%	56,10%
Receitas Próprias Capital / Receita Capital	0,00%	3,07%
Impostos Locais / Receita Total	34,81%	33,41%
Impostos Locais / Receita Corrente	41,46%	44,12%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,00%	0,20%
Venda de Bens de Investimento / Receita Capital	0,00%	0,92%

Assim, verificamos que o peso das receitas próprias diminuiu relativamente à receita total, em virtude do aumento expressivo da receita total.

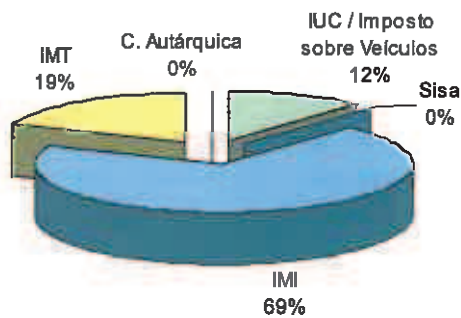
As receitas próprias são compostas por várias componentes, das quais se destacam as verbas provenientes das vendas de bens e serviços, de acordo com o mapa seguinte:

Rubricas	2013	%
Mercadorias	1.267,55	0,09%
Produtos acabado e intermédios (EDP - Microprodução)	8.056,02	0,57%
Serviços sociais, recreativos e de desporto	245.494,03	17,52%
Transportes colectivos pessoas e mercadorias	103.754,88	7,40%
Trabalhos por conta particulares	164,16	0,01%
Cemitérios	87.368,27	6,23%
Mercados e feiras	22.530,06	1,61%
Parque estacionamento	150.116,30	10,71%
Serviços prestados no âmbito da educação	291.483,56	20,80%
Rendas	286.759,00	20,46%
Outros	204.481,54	14,59%
Total	1.401.475,37	100,00%

No âmbito das vendas de bens e serviços, a maior contribuição é os serviços prestados no âmbito da educação, seguidos das rendas de habitação. Dada a importância que a receita fiscal, normalmente assume nas receitas próprias convirá identificar os diversos impostos e respectiva estrutura:

Designação	2012	%	2013	%
C. Autárquica	1.176	0,01%	497	0,01%
IUC / Imposto sobre Veículos	897.964	11,42%	1.098.788	11,74%
Sisa	4.380	0,06%	0	-
IMI	4.997.949	63,55%	6.495.120	69,37%
IMT	1.963.670	24,97%	1.768.364	18,89%
Total	7.865 138	100,00%	9.362 769	100,00%

Como se pode verificar houve um aumento dos impostos, devido ao aumento da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2013 e ao aumento dos bens avaliados no âmbito do Código do IMI durante a presente gerência.



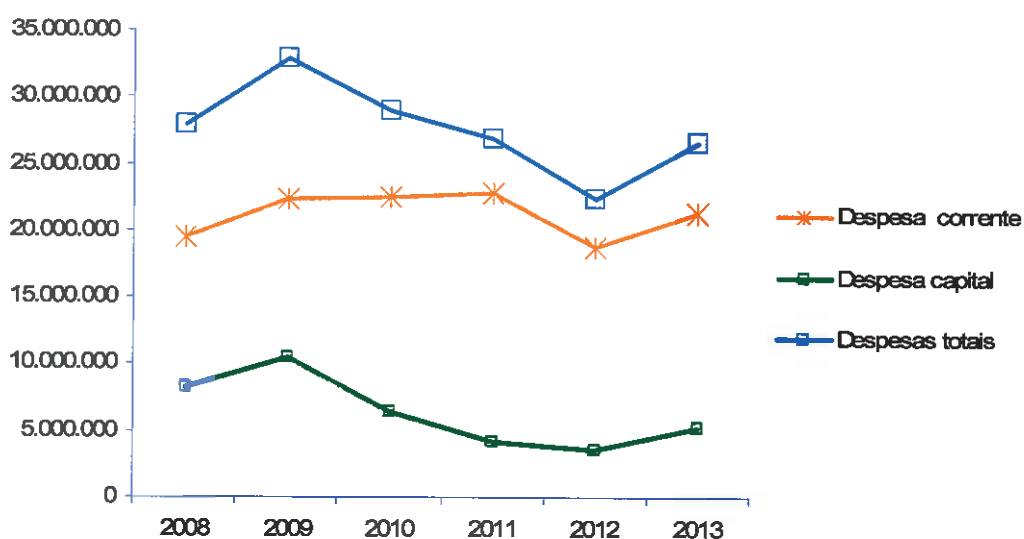
3. Despesas

3.1. Análise da Despesa

3.1.1 Evolução da despesa total

Despesas	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesa corrente	19.598.025,99	22.365.827,99	22.566.291,75	22.800.210,95	18.756.495,08	21.298.461,84
Despesa capital	8.335.391,15	10.561.313,66	6.485.747,17	4.155.064,09	3.613.997,91	5.227.336,02
Despesas totais	27.933.417,14	32.927.141,65	29.052.038,92	26.955.275,04	22.370.492,99	26.525.797,86

Analisada a evolução da despesa, constata-se um crescimento da despesa nesta gerência, situação inversa ao verificado nos últimos anos. Este crescimento deve-se essencialmente ao aumento dos pagamentos de despesas realizadas em anos anteriores, efetuados por via do Programa PAEL.



3.1.2 Evolução da despesa corrente

Despesa corrente	2012	2013
Despesa com o pessoal	8.571.910,23	9.431.461,82
Aquisição de bens e serviços	6.791.995,09	6.412.522,58
Juros e outros encargos	494.062,77	428.629,09
Transferências correntes	922.095,23	1.170.196,47
Subsídios	1.748.200,17	3.578.421,32
Outras despesas correntes	228.231,59	277.230,56
Total	18.756.495,08	21.298.461,84

A despesa corrente do ano 2013 registou um aumento de 13,55%. Para esta situação contribuiu essencialmente o aumento das “Despesas com o Pessoal”, das “Transferências correntes”, dos “Subsídios” e das “Outras despesas correntes”, no valor de 859.551,59€, 248.101,24€, 1.830.221,15€ e 48.998,97€, respectivamente.

3.1.3 Evolução da despesa capital

Despesa de capital	2012	2013
Aquisição de bens de capital	1.767.578,55	2.955.650,26
Transferências de capital	358.299,00	247.364,58
Activos Financeiros	15.000,00	68.750,00
Passivos Financeiros	1.473.120,36	1.955.571,18
Outras despesas capital	0,00	0,00
Total	3.613.997,91	5.227.336,02

A despesa de capital registou um aumento expressivo relativamente ao ano anterior, cuja taxa se situou em 44,64%, devido essencialmente ao aumento da aquisição de bens de capital e dos passivos financeiros.

3.1.4 Realização da despesa

Caracterizadas as principais fontes de financiamento do Município, no ano de 2013, abordam-se, para além do comportamento da despesa corrente e de capital, as despesas de funcionamento, serviço da dívida e ainda despesas de investimento.

As despesas com pessoal serão objecto de apreciação no ponto 3.1.7 – Despesas de funcionamento.

Comparando os anos 2012 e 2013, constata-se que a despesa total teve um aumento de 18,57%, sendo que as despesas correntes e de capital apresentam, neste mesmo período, um aumento 13,55% e 44,64% respetivamente.

Despesas	2012		2013		Taxa de crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Despesa corrente					
Despesa com o pessoal	8.571.910,23	38,32%	9.431.461,82	35,56%	10,03%
Aquisição de bens e serviços	6.791.995,09	30,36%	6.412.522,58	24,17%	-5,59%
Juros e outros encargos	494.062,77	2,21%	428.629,09	1,62%	-13,24%
Transferências correntes	922.095,23	4,12%	1.170.196,47	4,41%	26,91%
Subsídios	1.748.200,17	7,81%	3.578.421,32	13,49%	104,69%
Outras despesas correntes	228.231,59	1,02%	277.230,56	1,05%	21,47%
Total	18.756.495,08	83,84%	21.298.461,84	80,29%	13,55%
Despesa de capital					
Aquisição de bens de capital	1.767.578,55	7,90%	2.955.650,26	11,14%	67,21%
Transferências de capital	358.299,00	1,60%	247.364,58	0,93%	-30,96%
Activos Financeiros	15.000,00	0,07%	68.750,00	0,26%	358,33%
Passivos Financeiros	1.473.120,36	6,59%	1.955.571,18	7,37%	32,75%
Outras despesas capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	3.613.997,91	16,16%	5.227.336,02	19,71%	44,64%
Total da despesa	22.370.492,99	100,00%	26.525.797,86	100,00%	18,57%

3.1.5 Realização da Despesa Corrente

Da análise da estrutura representativa de cada uma das componentes da despesa corrente, verifica-se que a mais expressiva é as “Despesa com pessoal” 35,56%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” 24,17%.

Podemos ainda referir que o aumento da despesa corrente teve como contributo o aumento dos subsídios (104,69%), das transferências correntes (26,91%), das outras despesas correntes (21,47%) e das despesas com pessoal (10,03%) e a redução da aquisição de bens e serviços (5,59%) e dos juros e outros encargos (13,24%).

No que respeita aos subsídios verifica-se um aumento expressivo em virtude da celebração de contratos-programa com a empresa municipal Ambiolhão.

Relativamente às transferências correntes verifica-se um aumento devido às transferências para instituições sem fins lucrativos, não compensado pela redução das transferências às famílias.

Rubricas	2012	2013	Variação	
			Valor	Taxa
Sociedades e quase sociedades financeiras	0,00		0,00	0,00%
Administração central	0,00		0,00	0,00%
Administração local	0,00	3.372,17	3.372,17	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	724.707,06	1.004.151,81	279.444,75	38,56%
Famílias	197.388,17	162.672,49	-34.715,68	-17,59%
TOTAL	922.095,23	1.170.196,47	248.101,24	26,91%

3.1.6 Execução da Despesa de Capital

Relativamente às despesas de capital verifica-se um aumento de 44,64%, justificada pelo aumento na aquisição de bens de capital e nos passivos financeiros.

Rubricas	2012	2013	Variação	
			Valor	Taxa
Aquisição de bens de capital	1.767.578,55	2.955.650,26	1.188.071,71	67,21%
Transferências de capital	358.299,00	247.364,58	-110.934,42	-30,96%
Activos Financeiros	15.000,00	68.750,00	53.750,00	358,33%
Passivos Financeiros	1.473.120,36	1.955.571,18	482.450,82	32,75%
Total	3.613.997,91	5.227.336,02	1.613.338,11	44,64%

3.1.7 Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nas despesas que afectam o património não duradouro do município.

As despesas de funcionamento incluem a totalidade da Despesa Corrente deduzida dos Encargos Financeiros e Transferências Correntes. Neste grupo de despesa devem ser considerados os seguintes subgrupos:

Rubricas	2012		2013	
	Valor	%	Valor	%
Pessoal	8.571.910,23	54,98%	9.431.461,82	58,50%
Aquisição de Bens e Serviços	6.791.995,09	43,56%	6.412.522,58	39,78%
Outras despesas correntes	228.231,59	1,46%	277.230,56	1,72%
Total	15.592.136,91	100,00%	16.121.214,96	100,00%

De referir que os valores em análise aumentaram relativamente ao ano anterior em 3,39%.

As duas rubricas mais representativas na estrutura da despesa corrente são o "Pessoal" e a "Aquisição de Bens e Serviços", que absorvem 98,28% das despesas de funcionamento.

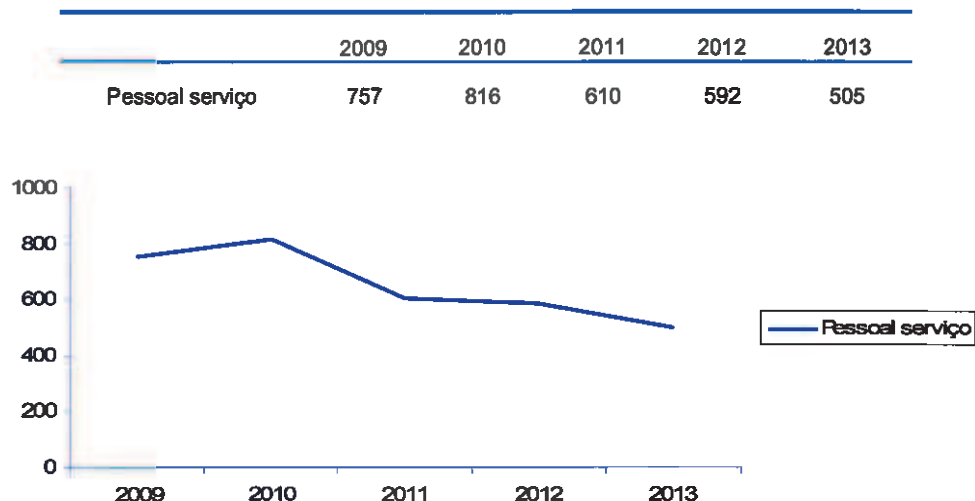
As despesas com "Aquisição de Bens e Serviços" devem-se essencialmente a aquisição de combustíveis e lubrificantes, trabalhos especializados, energia, encargos de cobrança de receitas e vários eventos desportivos e culturais para dinamização do concelho de Olhão, tendo-se verificado uma diminuição de 5,59% em relação ao ano anterior.

O Município de Olhão apresenta na presente gerência 505 funcionários, que se encontram distribuídos pelas várias Carreiras/Categorias Profissionais, verificando-se um aumento de 859.551,59€ das despesas com pessoal. Este aumento deve-se ao pagamento na sua totalidade do subsídio de férias e natal, o que não se verificou no ano anterior.

Categoria	Quantidade
Diretor Departamento	2
Chefe Divisão	5
Dirigente Intermédio de 3º grau	2
Comandante Bombeiros	1
Coordenador Técnico	11
Técnico Superior	64
Assistente Técnico	109
Assistente Operacional	247
Encarregado Operacional	11
Bombeiros	45
Técnico de Informática	4
Especialista de Informática grau 1	1
Fiscal Municipal	3
Total	505

Ao longo dos últimos anos existiu alguma variação no número de pessoal ao serviço do Município, tendo-se verificado um aumento substancial em 2009 em virtude da assinatura do contrato de execução com o Ministério da Educação em que foram transferidos 234 funcionários. Em 2011, verificou-se a cedência por interesse público de 153 funcionários para a empresa municipal Ambiolhão. Relativamente ao ano 2013 verificou-se uma redução 87

trabalhadores face ao ano anterior, devido essencialmente à caducidade dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo e aposentações.



4. Limites

4.1 Redução de trabalhadores nas autarquias locais (art. 59º e 65º da LOE/2013)

De acordo com o LOE/2013 as autarquias locais reduzem no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face ao existente em 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo do cumprimento do disposto no art. 59º da LOE/2013, o qual prevê no mínimo a redução em 50% o número dos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e ou com nomeação transitória existente em 31 de Dezembro de 2012, com exclusão dos que sejam cofinanciados por fundos europeus.

No quadro seguinte identifica-se a situação do Município face aos limites previstos nos referidos artigos.

(Art. 59º)	Trabalhadores a 31/12/2012	Entradas	Saídas	Trabalhadores a 31/12/2013	% Redução
Do Município	14	0	11	3	78,57%

(Art. 65º)	Trabalhadores a 31/12/2012	Entradas	Saídas	Trabalhadores a 31/12/2013	% Redução
Do Município	320	4	28	296	
Do Município em mobilidade na comunidade intermunicipal	1	0	0	1	
Das empresas municipais sob influência dominante do município	196	43	38	201	
Total	517	47	66	498	3,68%

4.2 Endividamento municipal em 2013

O endividamento municipal está previsto na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, sendo esta matéria tratada no seu Título IV, a qual tem sido alterada sucessivamente pelos vários Orçamentos de Estado.

➤ Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Entidade	Finalidade do Empréstimo	Capital utilizado	Encargos do ano 2013			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
			Amortização	Juros	Total		
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª 16 Junho e Z. Adjacentes (I)	71.994,42	3.885,95	283,48	4.169,43	34.973,55	31.087,60
C.G.D.	Saneamento Básico - 1ª Fase (I)	315.489,67	17.028,78	1.242,25	18.271,03	153.259,03	136.230,25
C.G.D.	Ren. Urb. Entrada Poente de Olhão (I)	189.573,13	9.117,13	665,10	9.782,23	82.054,17	72.937,04
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª Bernard. Silva/EN125/Rotunda (I)	127.759,30	6.895,90	503,06	7.398,96	62.063,09	55.167,19
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	1.995.191,59	190.145,77	13.446,79	203.592,56	1.175.400,94	985.255,17
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	2.000.000,00	124.670,86	11.233,18	135.904,04	1.297.222,59	1.172.551,73
C.G.D.	Rede de Águas de Moncarapacho - Ampliação e Remodelação (I)	95.936,07	7.963,00	983,73	8.946,73	83.611,56	75.648,56
C.G.D.	Reforço do abastecimento de Água à Fuseta (I)	72.162,10	8.416,04	299,73	8.715,77	21.040,10	12.624,06
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	762.248,00	55.148,30	3.236,29	58.384,59	555.127,21	499.978,91
C.G.D.	Financiamento complementar de Projectos Comparticipados (I)	649.951,13	37.505,96	2.105,86	39.611,82	471.559,55	434.053,59
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	771.194,00	44.402,73	2.344,76	46.747,49	568.815,61	524.412,88
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	1.032.806,00	60.288,72	3.563,07	63.851,79	867.357,01	807.068,29
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	4.500.000,00	232.780,29	49.146,19	281.926,48	4.086.458,07	3.853.677,78
B.P.I.	Empréstimo para Investimento (N)	3.000.000,00	175.423,91	35.146,12	210.570,03	1.910.468,25	1.735.044,34
B.P.I.	Empréstimo para Aquisição de Habitação Social	2.023.106,00	89.949,58	6.917,70	96.867,28	1.864.698,44	1.774.748,86
CCAM	Saneamento Básico de Belmonte e Belamandil (I)	138.847,54	10.365,40	198,04	10.563,44	57.009,66	46.644,26
B.E.S.	Empréstimo para Investimento - BES (N)	520.000,00	28.888,88	2.575,30	31.464,18	325.000,06	296.111,18
I.H.R.U.	Habitação Social 12 Fogos * (I)	214.657,41	18.763,32	422,14	19.185,46	47.247,71	28.484,39
I.H.R.U.	Habitação Social 24 Fogos * (I)	444.336,59	50.321,57	1.554,55	51.876,12	112.585,87	57.518,42
I.H.R.U.	Habitação Social 52 Fogos * (I)	1.256.078,93	90.098,77	3.154,33	93.253,10	457.091,60	366.992,83
I.H.R.U.	Habitação Social 94 Fogos * (I)	1.226.942,15	104.606,12	2.353,41	106.959,53	263.407,36	158.801,24
I.H.R.U.	Renegociação dos empréstimos anteriores (I)	1.587.825,35	142.692,13	1.710,14	144.402,27	155.883,75	81,63
I.H.R.U.	Habituação Social 204 Fogos * (I)	4.950.622,00	195.313,57	20.809,89	216.123,46	4.102.944,38	3.907.630,81
IFDR	Requalificação Largos Zona Histórica de Olhão -PRU (N)	53.957,15	0,00	1.052,43	1.052,43	0,00	53.957,15
Estado	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local (N)	4.066.207,89	250.898,50	29.692,44	280.590,94	0,00	3.815.309,39
Total		32.066.886,42	1.955.571,18	194.639,98	2.150.211,16	18.755.279,56	20.902.017,55

Divida Empréstimos M/L Prazo a 31/12	Valor expeccionado	Valor para o limite
20.902.017,55	7.070.378,11	13.831.639,44

➤ Endividamento líquido

	2013
Ativos financeiros	19.558.784,00
Passivos Financeiros	25.780.357,00
Diferença	-6.221.573,00
Empréstimos excecionados	7.070.378,00
Endividamento líquido	-848.805,00

➤ Resumo

	Líquido	Médio e longo prazo
Limites ao endividamento 2013	7.787.145,00	13.672.566,00
Endividamento autarquico	-848.805,00	13.831.639,00
Margem	8.635.950,00	-159.073,00

Relativamente aos limites previstos na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro e respectivas alterações) e a Lei do Orçamento de Estado, constata-se que o Município cumpre o limite previsto para o endividamento líquido.

Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo verifica-se um excesso de endividamento em virtude da contratação do empréstimo do PAEL, no qual de acordo com o art. 1º da Lei n.º 43/2012. de 28 de Agosto, o limite legal de endividamento de médio e longo prazos não prejudica a contratação de empréstimos ao abrigo da referida lei, não pode o contrato de empréstimo (PAEL) conduzir ao aumento do endividamento líquido do município, condição que se pode verificar no mapa anterior.

4.3. Equilíbrio das Contas das Sociedades Participadas

Durante o ano 2013 foram extintas duas empresas municipais, nomeadamente a SRU e a Futurolhão. Assim as empresas que o Município participa e que fazem parte do Sector Empresarial Local, são as constantes no mapa seguinte:

Designação	Sede	Participação no capital
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Tagus Park, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B - 2740 - 120 Porto Slavo	4.985,01 €
Mercados de Olhão, EM	Av.º 5 de Outubro n.º 43 - 8700-303 Olhão	25.000,00 €
Fesnima, Empresa Pública de Animação de Olhão, EM	Largo Sebastião Mestre - 8700-349 Olhão	5.000,00 €
Ambiolhão - Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	Largo Sebastião Mestre - 8700-349 Olhão	325.000,00 €

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. O n.º 3 deste mesmo artigo vai ainda mais longe, estabelecendo que o Município deveria prever no seu orçamento anual o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social.

Nestes termos, caso o Município não efetue a transferência necessária para ultrapassar o desequilíbrio, o endividamento líquido e os empréstimos destas entidades relevam para o cômputo do endividamento municipal, na proporção da participação do município no capital social da entidade, dando-se assim cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Como se pode verificar pelo mapa seguinte, apenas a empresa Municipia não apresenta resultados líquidos antes de imposto positivo, mas apresenta saldo devedor no endividamento líquido, pelo que o Município terá de efetuar transferência financeira na proporção da sua participação (0,15%). Relativamente às restantes empresas está cumprida a regra do equilíbrio, não se aplicando o previsto anteriormente.

	Resultado Líquido
Municipia	-1.236.822,86
Mercados de Olhão	2.010,50
Ambiolhão	18.844,18
Fesnima	38.781,10

4.4 Serviço da Dívida

A análise seguinte contém informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município em 2013, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

$$\frac{\text{Amortização}}{\text{Despesa Total}} = \frac{1.955.571,18 \text{ €}}{26.525.797,86 \text{ €}} \times 100 = 7,37\%$$

$$\frac{\text{Encargos Financeiros}}{\text{Despesa Corrente}} = \frac{194.639,98 \text{ €}}{21.298.461,84 \text{ €}} \times 100 = 0,91\%$$

Como se pode verificar o serviço da dívida representa 7,37% da despesa total e os encargos financeiros 0,91% das despesas correntes

5. Aquisição de Bens de Capital/ Investimento Global

O investimento apurado a partir dos documentos de prestação de contas das autarquias locais não reflecte a totalidade dos esforços efectuados nesta área, dado que não inclui, nomeadamente, as verbas despendidas através das obras realizadas por administração directa ou os investimentos realizados por freguesias, na sequência da celebração de protocolos com o Município, cujos montantes protocolados, em sede contabilística, corresponde a transferências de capital. O investimento aumentou a sua representatividade na estrutura total da despesa, passando de 7,90% para 11,14% em relação ao ano anterior, conforme se verifica no mapa do ponto 3.1.4 – Realização da Despesa.

Segue-se a desagregação do investimento pelas várias rubricas que o constituem:

Rubricas	2012	2013	Variação	
			Valor	Taxa
Terrenos	0,00	56.400,00	56.400,00	100,00%
Habitacões	8.737,15	37.586,61	28.849,46	330,19%
Edifícios	357.904,02	1.030.871,93	672.967,91	188,03%
Instalações de serviço	6.310,68	57.917,44	51.606,76	817,77%
Instalações desportivas e recreativas	37.653,19	261.601,07	223.947,88	594,76%
Mercados e instalações de fiscalizaçāo sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Escolas	313.940,15	711.353,42	397.413,27	126,59%
Outros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Construções diversas	20.047,40	159.205,91	139.158,51	694,15%
Bens domínio público	689.548,18	1.099.467,03	409.918,85	59,45%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	176.337,56	277.260,14	100.922,58	57,23%
Sistemas drenagem águas residuais	27.240,95	209.570,60	182.329,65	669,32%
Iluminação pública	40.226,08	0,00	-40.226,08	-100,00%
Parques e Jardins	8.427,85	98.077,37	89.649,52	1063,73%
Captaçāo e distribuicāo de água	25.082,67	69.822,59	44.739,92	178,37%
Viaçāo rural	0,00	0,00	0,00	100,00%
Sinalizaçāo e trânsito	88.166,77	41.796,65	-46.370,12	-52,59%
Infraestruturas p/ tratamento resíduos sólidos	80.138,73	47.989,93	-32.148,80	100,00%
Outros (Urbanizaçāo)	177.507,57	236.869,75	59.362,18	33,44%
Bens património histórico, artístico e cultural	66.420,00	118.080,00	51.660,00	100,00%
Material de transporte	73.573,79	9.372,60	-64.201,19	-87,26%
Equipamento de informática	69.298,88	54.709,84	-14.589,04	-21,05%
Software informático	102.897,10	195.506,17	92.609,07	90,00%
Equipamento administrativo	84.471,35	16.235,81	-68.235,54	-80,78%
Equipamento básico	149.180,90	193.838,74	44.657,84	29,94%
Ferramentas e utensílios	0,00	609,91	609,91	100,00%
Artigos e objectos de valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Investimentos incorpóreos	211.919,78	101.845,71	-110.074,07	-51,94%
Locaçāo Financeira	0,00	0,00	0,00	100,00%
Total	1.767.578,55	2.955.850,26	1.188.071,71	67,21%

Analisando a variaçāo da aquisiçāo de bens de capital entre o ano 2012 e 2013 verifica-se que esta teve um aumento expressivo de 67,21%, tendo o investimento mais expressivo sido canalizado para "Bens do domínio público - Viadutos, arruamentos e obras complementares", seguido dos "Edifícios - Escolas".

6. Fluxos de Caixa

	Recebimentos 2012	Recebimentos 2013
Saldo da Gerência Anterior	1.024.738,89	1.139.218,09
Execução Orçamental	380.524,09	749.463,57
Operações de Tesouraria	644.214,80	389.754,52
Total das Receitas Orçamentais	22.739.432,47	27.567.381,57
Receitas Correntes	19.409.809,49	21.444.977,50
Receitas Capital	3.329.622,98	6.122.404,07
Operações de Tesouraria	1.439.094,72	1.804.635,61
Total	25.203.266,08	30.511.235,27

	Pagamentos 2012	Pagamentos 2013
Total das Despesas Orçamentais	22.370.492,99	26.525.797,86
Despesas Correntes	18.756.495,08	21.298.461,84
Despesas Capital	3.613.997,91	5.227.336,02
Operações de Tesouraria	1.693.555,00	1.933.672,33
Saldo para a Gerência Seguinte	1.139.218,09	2.051.765,08
Execução Orçamental	749.463,57	1.791.047,28
Operações de Tesouraria	389.754,52	260.717,80
Total	25.203.266,08	30.511.235,27

Neste mapa podemos verificar as entradas e saídas de tesouraria, de onde se conclui que no ano 2013 houve um aumento de 21,06% relativamente ao ano anterior.

7. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Após a análise efectuada às receitas e despesas deste Município é fundamental fazer um balanço, o qual resulta num saldo disponível que se traduz em poupança corrente que foi canalizada para investimento.

Descrição	Receita Cobrada	Despesa Efectuada	Diferença
Saldo inicial			749.463,57
Correntes	21.444.977,50	21.298.461,84	146.515,66
Capital	6.122.404,07	5.227.336,02	895.068,05
Total	27.567.381,57	26.525.797,86	1.791.047,23

Com base em princípios de gestão, de acordo com os quais é positiva a orientação da poupança corrente para financiamento das despesas de capital, constata-se que a receita corrente é de 146.515,66€ superior à despesa da mesma natureza, da qual 895.068,05€ é canalizada para investimento de capital, ficando o valor remanescente 1.791.047,28€ como saldo para a gerência seguinte.

8. ANÁLISE PATRIMONIAL

A CMO adoptou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, aprovado pelo D. L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro no ano 2002.

8.1 Características da informação financeira

As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis ao planeamento, controlo e à tomada de decisão.

Neste sentido, as demonstrações financeiras devem revelar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da entidade, com base em características qualitativas (relevância, fiabilidade e comparabilidade), princípios orçamentais e contabilísticos e regras previsionais legalmente estabelecidas no POCAL.

8.2 Balanço

	2013	2012	% Cresc. 2012/2013	2011	2010
Activo Líquido					
Bens de Domínio Público	31.293.208,40	33.909.116,64	-7,71%	33.848.807,52	37.597.893,74
Imobilizações Incorpóreas	263.647,04	307.872,82	-14,36%	58.499,38	47.497,03
Imobilizações Corpóreas	84.975.046,94	85.679.378,02	-0,82%	87.032.054,78	88.094.932,01
Investimentos Financeiros	4.340.317,98	4.490.818,98	-3,35%	4.475.318,98	4.475.318,98
Existências	65.020,24	75.787,85	-14,21%	80.317,83	146.317,95
Dívidas de terceiros, médio e longo prazo	10.859.124,49	10.859.124,49	0,00%	10.603.617,60	0,00
Dívidas de terceiros, curto prazo	1.586.347,48	2.074.645,49	-23,54%	1.851.084,95	1.059.773,83
Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	2.051.765,07	1.139.218,08	80,10%	1.024.738,88	1.441.254,14
Acréscimos e diferimentos	667.996,58	545.836,70	22,38%	426.258,66	852.148,90
Total do Activo Líquido	136.102.474,22	139.081.799,07	-2,14%	139.400.698,58	155.487.879,08
Fundos Próprios e Passivo					
Património	109.281.205,42	109.277.488,74	0,00%	109.276.988,74	124.712.064,97
Doações	9.730.146,00	8.112.498,53	19,94%	3.005.755,53	2.922.139,63
Reservas decorrentes de transferência de activos	5.858.939,00	5.858.939,00	0,00%	5.858.939,00	5.858.939,00
Resultados transitados	-39.707.446,84	-37.237.246,92	6,63%	-35.033.982,43	-36.796.109,19
Resultado Líquido do Exercício	-1.689.090,46	-2.473.645,75	-31,72%	-2.203.264,49	-17.344.762,01
Provisões para Riscos e Encargos	1.981.896,42	1.862.221,35	6,43%	1.859.682,45	1.690.718,86
Dívidas a terceiros, M/L prazo	20.902.017,55	18.755.279,56	11,45%	20.228.399,92	21.960.622,15
Dívidas a terceiros, curto prazo	4.647.423,29	11.758.637,79	-60,48%	14.158.493,43	13.257.075,19
Acréscimos e diferimentos	25.097.383,84	23.167.626,77	8,33%	22.249.686,43	17.454.447,98
Total dos Fundos Próprios e Passivo	136.102.474,22	139.081.799,07	-2,14%	139.400.698,58	155.487.879,08

Pode-se verificar uma redução pouco expressiva do balanço (2,14%) relativamente ao ano anterior, no entanto é necessário efectuar-se uma pequena análise dos grupos constantes deste mapa:

➤ **Activo Líquido**

A diminuição verificado nas dívidas de terceiros de curto prazo de 23,54%, devido ao aumento das provisões de cobrança duvidosa, em especial dívidas de contra-ordenações.

Relativamente às dívidas de médio e longo prazo estas são referentes às condições constantes do contrato de gestão celebrado com a empresa municipal Ambiolhão, pela transferência dos bens afetos à atividade da empresa.

Os Acréscimos e Diferimentos também registam alteração quando comparados com 2012, registando-se um aumento na especialização dos acréscimos de proveitos, nomeadamente nos outros acréscimos de proveitos (transferência da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares referente a 2013 recebida em 2014)

Redução generalizadas das rubricas do ativo à excepção dos depósitos em instituições financeiras e caixa e nos acréscimos e diferimentos.

➤ **Fundos Próprios e Passivo**

Aumento das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, pela contratação do empréstimo PAEL no valor de 4.083.539,95€.

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo registam uma redução substancial em devido essencialmente ao pagamento das dívidas incluídas no programa PAEL.

Foram constituídas provisões riscos e encargos adicionais no montante de 119.675,07€, provenientes de acertos nos processos de contra-ordenações. Relativamente aos fundos próprios verifica-se um aumento dos resultados transitados por acumulação de resultados líquidos negativos verificados ao longo dos anos.

Aumento de 1.617.647,47€ das doações por via da avaliação de bens do domínio público e privado, essencialmente dos processos de loteamento.

O exercício apresenta um resultado líquido negativo.

8.3 Demonstração de Resultados

	2013	2012	% Cresc. 2012/2013	2011	2010
Custos e Perdas					
CMVMC	292.845,84	262.422,32	11,59%	799.943,55	2.830.381,21
Fornecimento e serviços externos	5.026.530,73	5.289.832,90	-4,98%	6.221.135,01	8.712.162,44
Custos com o pessoal	9.124.712,32	8.650.182,64	5,49%	10.277.013,45	12.347.436,93
Transf. / Subs. correntes conced. e prest. sociais	3.414.942,15	3.358.508,47	1,68%	3.445.139,99	2.273.573,79
Amortizações do exercício	6.267.502,57	6.173.666,78	1,52%	5.845.468,58	5.805.094,88
Provisões do exercício	330.312,04	69.227,52	377,14%	749.846,71	1.466.179,92
Outros custos operacionais	77.190,37	61.618,79	25,27%	83.085,37	344.056,59
Custos e perdas financeiras	242.161,74	479.539,55	-49,50%	638.853,68	707.207,66
Custos e perdas extraordinárias	783.886,90	1.051.309,57	-25,44%	1.429.992,19	11.542.286,48
Total dos Custos e Perdas	25.560.084,66	25.396.308,54	0,64%	29.490.478,53	46.028.379,90
Proveitos e Ganhos					
Vendas e Prestações de Serviços	1.050.768,77	1.174.889,00	-10,56%	1.042.314,77	4.976.279,93
Impostos e Taxas	9.463.442,59	8.267.659,35	14,46%	8.241.485,03	9.111.011,85
Transferências e Subsídios Obtidos	10.310.934,52	10.818.622,14	-4,69%	11.472.445,46	11.283.446,17
Outros proveitos e ganhos operacionais	840.381,17	888.548,99	-5,42%	812.294,53	811.762,59
Proveitos e ganhos financeiros	464.341,46	460.184,43	0,90%	534.759,65	684.914,71
Proveitos e ganhos extraordinários	1.741.125,69	1.312.758,88	32,63%	5.183.914,60	1.816.202,64
Total dos Proveitos e Ganhos	23.870.994,20	22.922.662,79	4,14%	27.287.214,04	28.683.617,89
Resultado Líquidos	-1.689.090,46	-2.473.645,75	-31,72%	2.203.264,49	-17.344.762,01

Em termos gerais, verifica-se um aumento dos custos em 0,64% e dos proveitos em 4,14%, o que contribuiu para reduzir o Resultado Líquido negativo face ao ano anterior.

Os Custos com Pessoal, quando comparados com o ano de 2012, registam um aumento de 474.529,68€, devendo-se essencialmente às medidas constantes do Orçamento de Estado para o ano 2013, nomeadamente no que respeita ao subsídio de férias e natal.

Aumento pouco expressivo das amortizações do exercício.

Outros Custos Operacionais tiveram um aumento pouco expressivo em termos de valor.

Redução dos custos financeiros em virtude da redução do valor em dívida dos empréstimos a médio e longo prazo anteriores a 2013. Relativamente ao PAEL foi recebida a totalidade do empréstimo mas apenas houve pagamento de uma prestação.

A redução dos custos e perdas extraordinários devido essencialmente às transferências de capital concedidas e às perdas em imobilizações.

Em relação aos Proveitos há a salientar uma ligeira redução das Vendas e Prestações de Serviços, das Transferências e Subsídios Obtidos e Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.

A redução dos Proveitos e Ganhos Extraordinário deve-se à redução das correções relativas aos anos anteriores.

Como se pode verificar houve uma melhoria do resultado líquido do exercício face ao ano anterior, devido ao aumento dos proveitos superior ao aumento dos custos.

8.4 Análise de algumas rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

8.4.1 Imobilizações

	2013	2012	% Cresc. 2013/2012
Activo Bruto			
Bens domínio público	76.791.799,61	75.029.251,86	2,35%
Imobilizações Incorpóreas	1.024.570,06	844.468,67	21,33%
Imobilizações Corpóreas	103.579.455,57	102.613.421,29	0,94%
Investimentos Financeiros	4.340.317,98	4.490.818,98	-3,35%
Total do Activo Bruto	185.736.143,22	182.977.960,80	1,51%
Amortizações			
Bens domínio público	45.498.591,21	41.120.135,22	10,65%
Imobilizações Incorpóreas	760.923,02	536.595,85	41,81%
Imobilizações Corpóreas	18.604.408,63	16.934.043,27	9,86%
Total das Amortizações	64.863.922,86	58.590.774,34	10,71%
Total do Activo Líquido	120.872.220,36	124.387.186,46	-2,83%

Com se pode verificar o imobilizado bruto teve um aumento pouco expressivo 1,51%, por via da avaliação de alguns bens do domínio público e privado, tendo o seu valor líquido uma redução de 2,83% por força das amortizações.

9.4.2 Provisões

Foram considerados para o cálculo das provisões as dívidas há mais de 6 e 12 meses, de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL

Descrição	Valor da provisão		Total
	Mais 12 meses 100%	Entre 6 e 12 meses 50%	
Ilha da Armona	8.449,53	3.037,87	11.487,40
Mercados e Feiras	0,00	266,15	266,15
Rendas	190.229,43	8.979,06	199.208,49
Publicidade e Ocupação Via Pública	20.182,07	887,36	21.069,43
Serviços desportivos	110.573,54	2.704,81	113.278,35
Serviços educação	63.683,19	9.403,39	73.086,58
Bombeiros	18.423,56	1.141,32	19.564,88
Águas	326.523,15	0,00	326.523,15
Total	738.064,47	26.419,95	764.484,42

8.4.3 Demonstração do custo das matérias vendidas e consumidas

	2013	2012	% Cresc. 2013/2012	2011	2010
CMVMC					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00%	0,00	1.967.090,86
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	292.845,84	262.422,32	11,59%	799.943,55	863.290,35
Total CMVMC	292.845,84	262.422,32	11,59%	799.943,55	2.830.381,21

Em 2013, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas aumentou 11,59%, encontrando-se em stocks apenas as quantidades mínimas necessárias.

8.4.4 Resultados Financeiros

	2013	2012	% Cresc. 2012/2013	2011	2010
Resultados Financeiros					
Proveitos Financeiros	464.341,46	460.184,43	0,90%	534.759,65	684.914,71
Custos Financeiros	242.161,74	479.539,55	-49,50%	638.853,68	707.207,66
Resultados Financeiros	222.179,72	-19.355,12	1247,91%	-104.094,03	-22.292,95

Verifica-se uma evolução positiva muito expressiva dos resultados financeiros, proporcionada pela redução dos custos e aumento dos proveitos.

8.4.5 Resultados extraordinários

	2013	2012	% Cresc. 2012/2013	2011	2010
Resultados Extraordinários					
Proveitos Extraordinários	1.741.125,69	1.312.758,88	32,63%	5.183.914,60	1.816.202,64
Custos Extraordinários	783.886,90	1.051.309,57	-25,44%	1.429.992,19	11.542.286,48
Resultados Financeiros	957.238,79	261.449,31	266,13%	3.753.922,41	-9.726.083,84

A variação dos Resultados Extraordinários, é provocada pelo aumento expressivo dos proveitos e da redução dos custos.

No que respeita aos custos o valor mais expressivo é as correções relativas a exercícios anteriores as quais tiveram uma redução face ao ano anterior seguido das transferências de capital concedidas.

Relativamente aos proveitos também a rubrica mais expressiva é das correções relativas a exercícios anteriores, seguida da redução de provisões.

8.4.6 Indicadores de natureza patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Indicadores	2013	2012
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo/Ativo total	88,81%	89,43%
Ativo circulante/Ativo total	2,72%	2,37%
Ativo fixo/Ativo circulante	3264,05%	3781,17%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo/Passivo total	39,72%	33,77%
Passivo de curto prazo/Passivo total	8,83%	21,17%
Passivo de longo prazo/Passivo curto prazo	449,75%	159,50%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo/Endividamento a médio e longo prazo	578,28%	663,21%
Amortizações acumuladas/Imobilizado bruto	34,92%	32,02%
Análise do Passivo exigível		
Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Divida de curto prazo/Património líquido	5,57%	14,08%
Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Divida de médio longo prazo/Património líquido	25,04%	22,45%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	44,15%	9,69%
Ativo circulante/Exigível a curto prazo	79,68%	27,98%
Índices de Solvência		
Dívidas a terceiros/Ativo total	18,77%	21,94%

8.4.6 Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Face ao Resultado Líquido do Exercício de -1.689.090,46€ (um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, noventa euros e quarenta e seis cêntimos), nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

9. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Desenho e Implementação de um Sistema de Contabilidade de Custos para apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório nos termos do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Impôs-se, pois, criar as condições para a sua efectiva implementação e encetar um conjunto de procedimentos conducentes a alcançar tal desiderato.

A macroestrutura de centros de custos utilizada pelo Município foi criada tendo em vista a imputação de todos os tipos de custos possíveis no âmbito das atribuições e competências a que o Município está incumbido pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Considerando ainda ser recente a implementação do Sistema de Contabilidade de Custos, em 2010, persistem algumas dificuldades na plena classificação dos documentos com vista a um melhor apuramento dos custos por bem ou serviço, pelo que, embora registando assinaláveis avanços na classificação dos custos, a análise a que se procede é ainda influenciada pela qualidade dos resultados obtidos.

No entanto, todos os lançamentos de 2013 foram reconciliados, bem como repartidos os custos indirectos de todos os meses do ano. Pode-se, no entanto dizer que o Município de Olhão tem, neste momento, encerrada a Contabilidade de Custos de 2013 mediante alguns condicionalismos que se pretende ver ultrapassados no próximo ano.

Dos resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade de custos de 2013, o apuramento dos custos por funções é o seguinte:

Função	Designação da Função	Custos (€)
111	Administração geral	378.722,85
121	Proteção civil e luta contra incêndios	150.197,66
211	Ensino não superior	1.032.878,31
212	Serviços auxiliares de ensino	205.610,02
221	Serviços individuais de saúde	9.239,63
232	Ação social	407.870,74
241	Habituação	479.289,18
242	Ordenamento do território	7.144,30
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	458.955,13
251	Cultura	484.633,82
252	Desporto, recreio e lazer	1.059.046,51
253	Outras atividades cívicas e religiosas	25.042,00
320	Indústria e energia	813.008,81
331	Transportes rodoviários	4.697.734,90
333	Transportes fluviais	397,79
341	Mercados e feiras	68.163,11
342	Turismo	47.381,40
420	Transferências entre administrações	2.578.245,08
430	Diversas não especificadas	1.958.271,83

De acordo com os custos apurados nas funções, a função que se destaca a nível de custos é a “331-Transportes Rodoviários”, que representa o grande investimento feito nas infra-estruturas rodoviárias, sinalização e parques de estacionamento nos últimos anos. Os custos associados são essencialmente as amortizações desses investimentos.

Os custos apurados nas restantes funções, além do investimento realizado em anos anteriores, onde o peso dos custos advém das amortizações, representam também o enorme esforço financeiro e aposta do Município, essencialmente, nas áreas da Educação, Desporto, Cultura, Meio Ambiente e Ação Social.



CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO



Após a análise detalhada da situação financeira deste Município ao longo deste relatório, constata-se que em termos gerais o ano 2013 ficou marcado pelo desempenho positivo em algumas áreas, nomeadamente:

- Execução orçamental da receita de 69,17% e da despesa de 64,80%;
- Aumento de 22,48% da receita e de 18,65% da despesa;
- Cumprimento dos limites previsto na lei (redução de pessoal, endividamento líquido e de médio e longo prazo);
- Aumento dos bens de capital (domínio público e privado) em 67,21%;
- Poupança significativa de correntes para financiamento das despesas de capital;
- Resultado líquido negativo no valor de -1.689.090,46€ (melhoria em relação ao ano anterior).



INSTITUTO DE OLHÃO

PAEL 2007/2008

EXECUÇÃO DO PAEL



III. EXECUÇÃO DO PAEL

Em 2012 o governo criou o PAEL – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, enquanto instrumento financeiro, tendo por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas à mais de 90 dias, registado no SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local, à data de 31 de março de 2012, nos termos da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto e Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de Setembro, sendo necessário determinar uma estratégia, consubstanciada num Plano de Ajustamento Financeiro, com medidas concretas e quantificadas com vista a alcançar o restabelecimento da situação financeira do município, com especial incidência na redução e racionalização da despesa, na otimização da receita e no incremento do controlo interno;

O município enquadrou-se no Programa II do PAEL, reunindo condições para apresentar uma candidatura de adesão, a qual pressupõe o recurso a um empréstimo, celebrando o seu contrato com o Estado Português e obtido o visto do Tribunal de Contas em 27/05/2013, no valor de 4.083.539,95€ A disponibilização do montante de financiamento foi efetuado em duas tranches, uma em junho e outra em outubro da presente gerência. No final de 2013 a dívida incluída no programa encontrava-se totalmente liquidada.

De acordo com o n.º 2 do art. 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, todos os Municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL.

Em anexo ao presente relatório encontra-se os vários mapas de execução do referido programa.

Olhão, 11 de abril de 2014

O Presidente da Câmara



António Miguel Ventura Pina



município de **Olhão**

mais olhão



 ANEXOS



PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:

Olhão

Data:

23-01-2014

Descrição	2011	2012 total	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
						2013			
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	636.195,62	380.524,00	380.524,09	0,09		1.131.758,00	749.463,57	-382.294,43	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	14.799,00	2.051,00	2.051,08	0,08		8.425,00	1.840,57	-6.584,43	
A3. Receita efetiva	26.684.804,16	23.841.654,00	22.737.381,39	-1.104.272,61		24.848.731,00	23.350.952,73	-1.497.778,27	
A3.1. Receita corrente	24.354.057,36	20.539.897,00	19.409.809,49	-1.130.087,51		20.342.482,00	21.444.968,95	1.102.486,95	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.) ... da qual	2.330.746,80	3.301.757,00	3.327.571,90	25.814,90		4.506.249,00	1.905.983,78	-2.600.265,22	
A3.2.1. Venda de bens de investimento	6,00	0,00	0,00	0,00		1.190.000,00	56.400,00	-1.133.600,00	
A4. Despesa efetiva	25.211.456,06	24.344.844,00	22.355.492,99	-1.989.351,01		24.491.417,00	24.501.476,68	10.059,68	
A4.1. Correntes ... das quais	22.800.210,95	20.176.176,00	18.756.495,08	-1.419.680,92		20.783.423,00	21.298.461,84	515.038,84	
A4.1.1. Juros	496.852,39	542.027,00	493.762,77	-48.264,23		838.555,00	428.629,09	-409.925,91	
a. Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00		346.787,00	29.692,44	-317.094,56	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	376.543,06	383.364,00	323.573,29	-59.790,71		377.042,00	164.947,54	-212.094,46	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	120.309,33	158.663,00	170.189,48	11.526,48		114.726,00	233.989,11	119.263,11	
A4.1.2. Despesas com pessoal	10.880.517,88	10.536.351,00	8.571.910,23	-1.964.440,77		9.890.517,00	9.431.461,82	-459.055,18	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	2.411.245,11	4.168.668,00	3.598.997,91	-569.670,09		3.707.994,00	3.203.014,84	-504.979,16	
A5. Saldo global	1.473.348,10	-503.190,00	381.888,40	885.078,40		357.314,00	-1.150.523,95	-1.507.837,95	
A5.1. Saldo corrente	1.553.846,41	363.721,00	653.314,41	289.593,41		-440.941,00	146.507,11	587.448,11	
A5.2. Saldo de capital	-80.498,31	-866.911,00	-271.426,01	595.484,99		798.255,00	-1.297.031,06	-2.095.286,06	
A6. Saldo primário	1.970.200,49	38.837,00	875.651,17	836.814,17		1.195.869,00	-721.894,86	-1.917.763,86	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	-1.747.500,00	-15.000,00	1.732.500,00		-742.500,00	25.664,68	768.164,68	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	94.414,68	94.414,68	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	1.747.500,00	15.000,00	-1.732.500,00		742.500,00	68.750,00	-673.750,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-1.743.818,98	2.999.872,00	-1.473.120,36	-4.472.992,36		104.839,00	2.164.593,86	2.059.754,86	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	4.567.810,00	0,00	-4.567.810,00		1.957.633,00	4.120.165,04	2.162.532,04	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1.743.818,98	1.567.938,00	1.473.120,36	-94.817,64		1.852.794,00	1.955.571,18	102.777,18	
a. Resultantes do PAEL				0,00		322.639,00	250.898,50	-71.740,50	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.743.818,98	1.567.938,00	1.473.120,36	-94.817,64		1.530.155,00	1.704.672,68	174.517,68	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A9. Receita total	26.699.603,16	28.411.515,00	22.739.432,47	-5.672.082,53		26.814.789,00	27.567.373,02	752.584,02	
A10. Despesa total	26.955.275,04	27.660.282,00	23.843.613,35	-3.816.668,65		27.086.711,00	26.525.797,86	-560.913,14	
A11. Saldo para a gerência seguinte	380.523,74	1.131.757,00	-723.656,79	-1.855.413,79		859.836,00	1.791.038,73	931.202,73	
A12. Serviço da dívida	2.240.671,37	2.109.965,00	1.966.883,13	-143.081,87		2.691.349,00	2.384.200,27	-307.148,73	
A13. Endividamento total	33.853.848,92	32.898.201,00	30.123.956,10	-2.774.244,90		33.083.738,00	25.267.267,81	-7.816.470,19	
A13.1 Bancário	20.228.399,92	25.895.589,00	18.755.279,56	-7.140.309,44		24.042.796,00	20.902.017,55	-3.140.778,45	
A13.1.1 Médio e longo prazo	20.228.399,92	25.895.589,00	18.755.279,56	-7.140.309,44		24.042.796,00	20.902.017,55	-3.140.778,45	
a. Resultante do PAEL				0,00			3.815.309,39	3.815.309,39	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	20.228.399,92	25.895.589,00	18.755.279,56	-7.140.309,44		24.042.796,00	17.086.708,16	-6.956.087,84	
A13.1.2 Curto prazo				0,00				0,00	
A13.2 Fornecedores	9.852.413,00	4.609.777,00	7.062.856,90	2.453.079,90		5.918.287,00	4.231.040,09	-1.687.246,91	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	3.773.036,00	2.392.835,00	4.305.819,64	1.912.984,64		3.122.655,00	134.210,17	-2.988.444,83	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	299	237	182	-54,50		127	68	-58,66	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INF)

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município:

Ollanta

Data:

23-01-2014

Descrição das medidas	Data início prevista para execução da medida	Valores gerados (fidejussão e outras fontes próprias)	Quantificação do impacto financeiro previsto para a medida (fidejussão e outras fontes próprias de acordo com o relatório a 2011, relatório de implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (fase de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida	Quantificação do impacto financeiro previsto para a medida (fidejussão e outras fontes próprias de acordo com o relatório a 2011, relatório de implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (fase de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
			2012	2013	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Desvio face ao previsto	2012	2013		
B.1 Aumento da receita														
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reprecificação dos tarifários														
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município														
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita														
Venda de lotes no loteamento municipal "Puro Kerrio"	2013		0,00	0%	0,00	0,00		0,00	0%	0,00	0,00			
Venda de terrenos no Urbanização Turística de Marim	2013		0,00	0%	0,00	0,00		0,00	0%	0,00	0,00			
Venda de lotes no loteamento municipal da Fuzena	2013		0,00	0%	0,00	0,00		0,00	0%	0,00	0,00			
... <i>distribuir cada medida numa linha</i>														
B.2 Redução da despesa			Total Aumento de receita (B.1)											
4. Redução/concessão/retorção da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais														
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa														
Instalação de equidadores de inatividade de fluxo hídrico	2013	2.664.077,33	-190.723,82	-7%	2.854.801,15	-248.449,95		-15.625,31	29%	1.251.365,28	380.048,21			
Redução de 50% no nº de espetáculos no Auditório Municipal	2013	1.667.983,59	27.948,88	2%	1.695.932,47	93.843,29		62.156,42	9%	6.443,28	27.856,42			
Redução de 10% das transferências para instituições sem fins lucrativos	2013	867.277,41	-17.261,50	-2%	79.861,90	-29.861,90		-116.714,40	-14%	1.083.611,81	-356.432,14			
Redução dos custos com juros de mora por via de amortização de dívida com recurso ao empréstimo PAEL	2013	120.309,33	-9.880,15	-8%	170.189,48	-11.526,90		-63.799,53	-53%	233.990,11	-119.263,59			
B.3 Outras medidas			Total Redução da despesa (B.2)											
6. <i>Indicação afrente a medida: construção pública que se encontra a decorrer</i>														
7. <i>Indicação afrente a medida: obras públicas e contratação pontuais, em âmbito dos quais inclui a aquisição de materiais para o município</i>														
8. Outras medidas b)														
... <i>determinar cada medida numa linha</i>														
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)														
Total Impacto esperado (B.1+B.2+B.3)														

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.
 c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Olhão

Data:

23-01-2014

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura		Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados	2012 total				Valores estimados PAF	2013			
	2011									
Receitas correntes	24.354.057,36	20.539.897,18	19.409.809,49	1.130.087,69		20.342.482,22	21.444.968,95	-1.102.486,73		
Impostos directos	7.589.389,31	7.763.969,86	7.865.137,83	-101.167,97		7.763.969,86	9.362.769,42	-1.598.799,56		
IMI	4.638.918,08	4.756.465,14	4.997.948,75	-241.483,61		4.756.465,14	6.495.120,42	-1.738.655,28		
IMT	2.160.821,33	2.076.185,62	1.963.669,83	112.515,79		2.076.185,62	1.768.363,52	307.822,10		
Derrama	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Outros	789.649,90	931.319,10	903.519,25	27.799,85		931.319,10	1.099.285,48	-167.966,38		
Impostos indirectos	502.158,32	434.886,22	182.161,16	252.725,06		434.886,22	99.064,81	335.821,41		
Taxas, multas e outras penalidades	199.627,36	250.686,23	253.294,28	-2.608,05		230.515,06	175.599,09	54.915,97		
Taxas	154.427,50	193.511,95	194.541,95	-1.030,00		179.327,99	117.053,96	62.274,03		
Multas	45.199,86	57.174,28	58.752,33	-1.578,05		51.187,07	58.545,13	-7.358,06		
Rendimentos da propriedade	164.725,63	182.558,57	71.454,39	111.104,18		173.642,10	122.567,86	51.074,24		
Transferências correntes	9.234.485,86	9.578.808,53	8.640.978,49	937.830,04		9.406.647,20	9.415.183,00	-8.535,80		
Venda de bens e serviços correntes	3.635.258,71	1.335.426,92	1.479.858,49	-144.431,57		1.392.452,51	1.401.475,37	-9.022,86		
Venda de bens	2.446.571,17	64.442,32	66.646,94	-2.204,62		62.616,44	10.950,41	51.666,03		
Serviços	879.277,63	958.812,15	1.114.726,35	-155.914,20		969.044,89	1.103.765,96	-134.721,07		
Rendas	309.409,91	312.172,45	298.485,20	13.687,25		360.791,18	286.759,00	74.032,18		
Outras receitas correntes	3.028.412,17	993.560,85	916.924,85	76.636,00		940.369,27	868.309,40	72.059,87		
Recargas de capital	2.330.746,80	7.869.567,65	3.327.571,90	4.541.995,75		6.463.882,06	6.120.563,50	343.318,56		
Venda de bens de investimento	6,00	0,00	0,00	0,00		1.190.000,00	56.400,00	1.133.600,00		
Terrenos	6,00	0,00	0,00	0,00		1.190.000,00	56.400,00	1.133.600,00		
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Transferências de capital	2.330.740,80	3.301.757,29	3.327.571,90	-25.814,61		3.316.249,05	1.812.720,57	1.503.528,48		
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.074.268,00	1.947.432,00	1.947.438,00	-6,00		2.010.850,00	973.719,00	1.037.131,00		
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	94.414,68	-94.414,68		
Passivos financeiros	0,00	4.567.810,36	0,00	4.567.810,36		1.957.633,01	4.120.165,04	-2.162.532,03		
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	36.863,21	-36.863,21		
Rep. não abatidas nos pagamentos	14.799,35	2.051,08	2.051,08	0,00		8.425,22	1.840,57	6.584,65		
Total receita	26.699.603,51	28.411.515,91	22.739.432,47	5.672.083,44		26.814.789,49	27.567.373,02	-752.583,53		
Receitas correntes	24.354.057,36	20.539.897,18	19.409.809,49	1.130.087,69		20.342.482,22	21.444.968,95	-1.102.486,73		
Receitas de capital	2.330.746,80	7.869.567,65	3.327.571,90	4.541.995,75		6.463.882,06	6.120.563,50	343.318,56		
Despesas correntes	22.800.210,95	20.176.176,19	18.756.495,08	1.419.681,11		20.783.423,49	21.298.461,84	-515.038,35		
Despesas com o pessoal	10.880.517,88	10.536.351,00	8.571.910,23	1.964.440,77		9.890.517,31	9.431.461,82	459.055,49		
Remunerações certas e permanentes	8.455.875,23	8.106.942,46	6.808.522,98	1.298.419,48		7.599.992,83	6.904.109,00	695.883,83		
Abonos variáveis ou eventuais	564.611,92	508.910,68	304.631,55	204.279,13		250.279,09	279.992,08	-29.712,99		
Segurança social	1.860.030,73	1.920.497,86	1.458.755,70	461.742,16		2.040.245,39	2.247.360,74	-207.115,35		
Aquisição de bens e serviços	8.097.981,19	6.375.017,09	6.791.995,09	-416.978,00		7.535.906,45	6.412.522,58	1.123.383,87		
Aquisição de bens	1.998.384,14	1.508.072,95	1.409.460,87	98.612,08		1.810.518,83	1.284.587,34	525.931,49		
Aquisição de serviços	6.099.597,05	4.866.944,14	5.382.534,22	-515.590,08		5.725.387,61	5.127.935,24	597.452,37		
Juros e outros encargos	496.852,39	542.027,10	494.062,77	47.964,33		838.554,93	428.629,09	409.925,84		
Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00		346.786,96	29.692,44	317.094,52		
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	376.543,06	383.363,62	323.873,29	59.490,33		377.042,45	164.947,54	212.094,91		
Resultantes de endividamento de curto prazo	120.309,33	158.663,48	170.189,48	-11.526,00		114.725,52	233.989,11	-119.263,59		
Transferências correntes	872.010,52	940.818,80	922.095,23	18.723,57		667.884,31	1.170.196,47	-502.312,16		
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	3.372,17	-3.372,17		
Instituições sem fins lucrativos	540.178,41	730.295,06	724.707,06	5.588,00		486.160,57	1.004.151,81	-517.991,24		
Famílias	331.832,11	210.523,74	197.388,17	13.135,57		181.723,74	162.672,49	19.051,25		
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Subsídios	362.826,38	1.565.638,07	1.748.200,17	-182.562,10		1.578.863,27	3.578.421,32	-1.999.558,05		
Empresas públicas municipais e intermunicipais	300.419,58	1.529.681,56	1.709.261,97	-179.580,41		1.529.681,56	3.526.777,27	-1.997.095,71		
Famílias	62.406,80	35.956,51	38.938,20	-2.981,69		49.181,71	51.644,05	-2.462,34		
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Outras despesas correntes	2.090.022,59	216.324,13	228.231,59	-11.907,46		271.697,22	277.230,56	-5.533,34		
Despesas de capital	4.155.064,09	7.484.105,90	3.613.997,91	3.870.107,99		6.303.286,85	5.227.336,02	1.075.950,83		
Aquisição de bens de capital	2.057.826,11	3.747.602,06	1.767.578,55	1.980.023,51		3.320.631,59	2.955.650,26	364.981,33		

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Olhão

Data:

23-01-2014

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados					Valores estimados PAF			
	2011	2012 total				2013			
Investimentos	1.476.460,50	2.082.450,64	1.118.256,45	964.194,19		1.984.665,69	1.856.183,23	128.482,46	
Terrenos	0,00	1.796,40	0,00	1.796,40		0,00	56.400,00	-56.400,00	
Habitacões	8.495,17	68.884,21	8.737,15	60.147,06		38.689,69	37.586,61	1.103,08	
Edifícios	527.402,41	836.550,13	357.904,02	478.646,11		779.681,63	1.030.871,93	-251.190,30	
Construções diversas	77.423,93	187.470,96	60.273,48	127.197,48		206.950,71	159.205,91	47.744,80	
Outros	863.138,99	987.748,95	691.341,80	296.407,15		959.343,65	572.118,78	387.224,87	
Locação financeira	9.782,89	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público	571.582,72	1.665.151,42	649.322,10	1.015.829,32		1.335.965,90	1.099.467,03	236.498,87	
Transferências de capital	353.419,00	421.065,50	358.299,00	62.766,50		387.362,10	247.364,58	139.997,52	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Freguesias	85.620,00	149.574,00	117.500,00	32.074,00		146.343,00	158.320,00	-11.977,00	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	9.584,58	-9.584,58	
Instituições sem fins lucrativos	267.799,00	271.491,50	240.799,00	30.692,50		241.019,10	79.460,00	161.559,10	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	0,00	1.747.500,00	15.000,00	1.732.500,00		742.500,00	68.750,00	673.750,00	
Passivos financeiros	1.743.818,98	1.567.938,34	1.473.120,36	94.817,98		1.852.793,16	1.955.571,18	-102.778,02	
Resultantes do PAEL		0,00	0,00	0,00		322.638,58	250.898,50	71.740,08	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.743.818,98	1.567.938,34	1.473.120,36	94.817,98		1.530.154,58	1.704.672,68	-174.518,10	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Total despesa	26.955.275,04	27.660.282,09	22.370.492,99	5.289.789,10		27.086.710,33	26.525.797,86	560.912,47	
Despesa corrente	22.800.210,95	20.176.176,19	18.756.495,08	1.419.681,11		20.783.423,49	21.298.461,84	-515.038,35	
Despesa de capital	4.155.064,09	7.484.105,90	3.613.997,91	3.870.107,99		6.303.286,85	5.227.336,02	1.075.950,83	
Saldo (Receita - Despesa)	-255.671,53	751.233,82	368.939,48	382.294,34		-271.920,84	1.041.575,16	-1.313.496,00	

